



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 14/5/2015

Presidência do Deputado Lafayette de Andrada

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Lafayette de Andrada - Agostinho Patrus Filho - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Celinho do Sinttrocel - Dirceu Ribeiro - Doutor Jean Freire - Elismar Prado - Emidinho Madeira - Fabiano Tolentino - Fábio Avelar Oliveira - Fábio Cherem - Geisa Teixeira - Gil Pereira - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Isauro Calais - João Leite - Léo Portela - Missionário Márcio Santiago - Noraldino Júnior - Roberto Andrade - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O presidente (deputado Lafayette de Andrada) - Às 14 horas, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 19 de maio, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 19/5/2015.).

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 2/2015 - DIRETOR-GERAL DO DER-MG, EM 12/3/2015

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Inácio Franco e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Célio Dantas de Brito, indicado ao cargo de diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado e proceder a sua arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se a 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 2/2015 (relator: deputado Celinho do Sinttrocel). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Inácio Franco.

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/3/2015**

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gilberto Abramo, Tiago Ulisses e Durval Ângelo (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Emidinho Madeira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, em turno único, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nº 5.496/2014 (relator: deputado Tiago Ulisses) e 5.497/2014 (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.

Dilson Melo, presidente - Marília Campos - Inácio Franco.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE RENATO FRAGA VALENTIM PARA PRESIDENTE DA FUNED, EM 7/4/2015

Às 17h2min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados João Magalhães, Glaycon Franco, Bonifácio Mourão e João Leite, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Celise Laviola, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. Renato Fraga Valentim, indicado ao cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado e para proceder à sua arguição pública, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 4/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Cumprida a finalidade da reunião e da comissão, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2015.

João Magalhães, presidente - Glaycon Franco - João Leite - Bonifácio Mourão - Celise Laviola.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/4/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Paulo Lamac (substituindo a deputada Celise Laviola, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é considerada aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação de violência vivenciada pelos municípios de Viçosa e região, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício dos Srs. Paulo Márcio de Freitas, presidente da Associação Comercial, Industrial, Agroindustrial e de Serviços de Viçosa, Evandro Martino, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Viçosa, e do representante do Sindicato do Comércio Varejista de Viçosa, encaminhando solicitações referentes à segurança pública no município. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Marilange Santana Pinto Coelho Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Viçosa; Nilda de Fátima Ferreira Soares, reitora da Universidade Federal de Viçosa; Maria Heloísa Gomes dos Santos e Maura Maria Fontenelle Soares, vereadoras da Câmara Municipal de Viçosa; o Cel. PM José Geraldo de Lima, comandante da 4ª Região da Polícia Militar, representando o comandante-geral da PMMG; o Ten.-Cel. PM José de Anchieta Machado, comandante da 10ª Companhia Independente de Polícia Militar; o deputado federal Padre João; e os Srs. Ângelo Chequer, prefeito municipal de Viçosa; Belmiro Zemperlimi, diretor de logística e segurança da Universidade Federal de Viçosa; Marcos Vinícius de Paiva Silva, delegado-geral de Polícia Civil, representando o chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais; Fernando Dias da Silva, delegado Regional da 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil em Ubá; Márcio Lúcio Fernandes Barros, comandante do 3º Pelotão de Bombeiro Militar de Viçosa; Alexandre Dumas, 3º-Sgt. do Corpo de Bombeiro Militar de Viçosa; Marcos Nunes Coelho Júnior, Lidson Lehmer, Geraldo Deusdedit Cardoso, Paulo Roberto Cabral e Idelmiro Ronivon da Silva, vereadores da Câmara Municipal de Viçosa, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra aos deputados Paulo Lamac e Roberto Andrade, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.046/2015, do deputado Léo Portela, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a regulamentação e a implementação da Lei Federal nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais;



nº 1.047/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a transferência da 7ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito de Bom Despacho para Divinópolis;

nº 1.048/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Complementar nº 3/2015, que autoriza o governador do Estado de Minas Gerais a criar o Programa de Estímulo Operacional para Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado;

nº 1.049/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada audiência pública para debater, em Ipatinga, a situação dos presídios do Vale do Aço, especialmente do Ceresp de Ipatinga, da penitenciária de Ipaba e do Centro de Internação Provisória para acautelamento dos adolescentes autores de atos infracionais;

nº 1.050/2015, dos deputados Sargento Rodrigues e Roberto Andrade, em que solicitam seja encaminhado ao governo do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social e ao Comando da Polícia Militar pedido de providências para transformar a 10ª Companhia da Polícia Militar, sediada em Viçosa, em Batalhão, tendo em vista o aumento da criminalidade, a grande demanda verificada a cargo da 10ª Cia. e a forte reivindicação das autoridades e sociedade locais;

nº 1.051/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado e à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para que seja priorizada a implantação do plantão 24 horas na delegacia de Polícia Civil de Viçosa, pelo crescimento da criminalidade no município e região;

nº 1.052/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada visita ao secretário de Estado de Defesa Social para discutir os assuntos e demandas tratados durante a audiência pública realizada em Viçosa, em 13/4/15, a exemplo da implantação do plantão 24 horas na Delegacia de Polícia Civil e a ampliação ou reestruturação da 10ª Companhia Independente da Polícia Militar;

nº 1.053/2015, do deputado João Leite, em que solicita sejam enviadas, para conhecimento, à Câmara Municipal de Viçosa, à presidente da República, à Presidência do Senado Federal, à Presidência da Câmara dos Deputados, ao Ministério da Justiça, ao governo do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social, ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais, à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais e à Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais as notas taquigráficas da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, com a finalidade de debater a situação de violência vivenciada pelos municípios de Viçosa e região;

nº 1.054/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura e à Câmara Municipal de Viçosa pedido de providências solicitando empenho na implementação de ações e políticas públicas voltadas para esporte, cultura e lazer no município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade social, como forma de contribuir para a prevenção social da criminalidade na localidade;

nº 1.055/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja enviado, para conhecimento, à Secretaria de Estado de Defesa Social, ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais o documento encaminhado a esta comissão em sua 7ª Reunião Extraordinária, realizada em Viçosa, pelos vereadores da Câmara Municipal de São Miguel do Anta, acerca do aumento da violência e da criminalidade e a necessidade do aumento do efetivo policial naquele município;

nº 1.056/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para a implantação da Delegacia Regional de Polícia Civil em Viçosa, considerando-se os estudos já realizados para esse fim e a grande demanda local, verificada por esta comissão durante sua 7ª Reunião Extraordinária;

nº 1.057/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada visita à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais com a finalidade de discutir as demandas verificadas por esta comissão durante sua 7ª Reunião Extraordinária, realizada em Viçosa, especialmente no que se trata do crescimento da violência e do tráfico de drogas na região, e que sejam convidados a realizarem a mencionada visita os deputados interessados, o Cel. PM José Geraldo de Lima da 4ª Região da PMMG, e o Sr. Marcus Vinícius de Paiva Silva, delegado regional da Polícia Civil.

Aprovados os relatórios de visitas ao Ceresp - Contagem, em 30 de março de 2015, e ao 2º BBM, em 1º de abril de 2015, os quais seguem publicados após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - João Leite - Celise Laviola - Cabo Júlio.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local visitado:

3º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, em Belo Horizonte

Apresentação

A requerimento do deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 19/3/2015, o 3º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG -, em Belo Horizonte, com a finalidade de verificar, *in loco*, as condições de trabalho e operacionais dessa unidade, inclusive a falta de equipamentos, de viaturas, de combustível, bem como outras eventuais carências.

O presidente da comissão, deputado Sargento Rodrigues, foi recebido pelo Comandante do 3º Batalhão do CBMMG, Ten.-Cel. BM Donizetti Silva de Oliveira, que acompanhou toda a visita juntamente com o Cel. BM Ricardo Eugênio da Silva e o Cap. BM Ribeiro. Em diversos momentos, vários outros bombeiros militares estiveram presentes e prestaram as informações e os esclarecimentos solicitados: Maj. BM Ferreira, comandante do Batalhão de Emergências Ambientais e Respostas a Desastres - Bemad; Maj. BM



Fernando; Cel. BM Ramos; Ten. BM Hernando; Ten. BM Lopes; Subten. BM Rodrigues; Subten. BM Wellington; Cap. BM Valdeck; Sgt. BM Alves; e Sgt. BM Patrocínio.

Relato

Com base em dados sobre deficiências do CBMMG recebidos pela Comissão de Segurança Pública da ALMG, a visita teve por finalidade verificar, *in loco*, as condições de trabalho e operacionais no 3º Batalhão do CBMMG, inclusive a falta de equipamentos, de viaturas, de combustível, bem como outras eventuais carências.

A visita iniciou-se na oficina mecânica, onde o deputado Sargento Rodrigues buscou levantar dados sobre a frota do 3º Batalhão: total, tipos, veículos baixados (que necessitam de reparos mais elaborados ou envolvidos em alguma ocorrência administrativa) e em descarga (em processo de retirada de uso) e terceirização. Foi informado que, naquele momento:

- a frota totalizava 90 unidades, aí incluídas as operacionais (como viaturas e motocicletas), as especiais (como unidades de resgate, salvamento, autobomba, prevenção) e as leves (como carretinhas para reboque de lanchas e gaiolas para animais);
- dessas, cinco viaturas estavam em descarga e 15 viaturas operacionais e 18 motocicletas estavam baixadas.

Foi também esclarecido que:

- as unidades baixadas que demandam reparos mais elaborados precisam seguir todo o procedimento do sistema Valecard, contratado pelo governo estadual para a manutenção e reparos da frota pública, isso implicando aprovação de orçamento pela Secretaria de Estado da Fazenda e execução dos serviços em oficinas externas;

- diferentemente do que ocorre na Polícia Militar, não há terceirização da frota no CBMMG;

- seria necessário um montante em torno de 200 mil reais para recuperar todos os veículos então baixados no 3º Batalhão do CBMMG.

O deputado Sargento Rodrigues apresentou alguns dados recebidos pela comissão acerca daquela frota, os quais diferiam dos ali apresentados, ao que se elucidou: trata-se de processo dinâmico, vez que algumas unidades são reparadas e, outras, baixadas. Foi mencionada, por parte dos servidores ali presentes, a falta de bombeiros militares especialistas em mecânica naquela unidade, ao que o deputado respondeu: cabe ao comando do Batalhão especificar qual a especialidade do efetivo - em particular, de novo efetivo -, se especialistas ou de salvamento.

Em seguida, a visita prosseguiu para a área de abastecimento de combustível, onde foi informado que: a bomba ali disponível apenas fornece combustível após acionada por um dispositivo eletrônico no formato de *chip*, o qual permite o registro do veículo a ser abastecido, a identificação do motorista e outros dados relevantes para o controle do abastecimento; todos os veículos do sistema de defesa social do Estado podem ser abastecidos no 3º Batalhão do CBMMG; não tem havido falta de combustível. O deputado Sargento Rodrigues, no entanto, afirmou ter ouvido informação diversa e, especificamente, mencionou o caso de um desencarcerador sem combustível em acidente recente na BR-381, o qual foi abastecido, com recursos próprios, por um dos bombeiros militares designados para aquele resgate.

O próximo ponto visitado foi a área da piscina, onde os bombeiros militares treinam salvamentos em água e são incentivados à prática do esporte e ao aprimoramento por meio do Programa de Incentivo à Natação. Foi ali verificado que, apesar de as máquinas e bombas estarem em bom funcionamento, todos os recipientes de cloro estavam vazios, isso significando falta do material mínimo necessário à limpeza da piscina. Nesse momento, o parlamentar comentou sobre a essencialidade dos serviços prestados pelos bombeiros militares na defesa civil, em contraposição às carências e à falta de recursos com as quais a corporação hoje lida. Nesse sentido, reiterou a necessidade de o governo do Estado designar os recursos provenientes do recolhimento da taxa de incêndio para o CBMMG, acrescentando que, desde agosto de 2014, tem havido contingenciamento de recursos em Minas Gerais

Por fim, a visita prosseguiu para a sala do comando do 3º Batalhão, onde o deputado Sargento Rodrigues verificou, mais uma vez e juntamente com alguns oficiais BM ali presentes, dados relativos à frota daquela unidade bem como a legislação relativa ao recolhimento e à destinação e repasse obrigatório da taxa de incêndio no Estado.

Conclusão

A Comissão de Segurança Pública cumpriu a finalidade da visita e informou que realizará visitas com o mesmo objetivo ao 1º e 2º Batalhões do CBMMG, após as quais a Comissão de Segurança Pública pretende realizar uma audiência pública a fim de debater o assunto e dar os devidos encaminhamentos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues - Paulo Lamac - João Leite.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Segurança Pública

Local visitado:

Centro de Remanejamento do Sistema Prisional - Ceresp - de Contagem

Apresentação

A requerimento do deputado Sargento Rodrigues, a Comissão de Segurança Pública visitou, em 30/3/2015, às 15 horas, o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional - Ceresp - de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O presidente da comissão, deputado Sargento Rodrigues, foi recebido pelo Sr. Zulei Jacinto de Souza, diretor-geral da unidade. Esteve também no presídio o Sr. Wagner de Oliveira Cavaliere, juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Contagem.

Relato

A visita ao Ceresp teve por finalidade verificar *in loco* as condições de acautelamento dos presos e possível superlotação da unidade, o que estaria colocando em risco a segurança dos agentes penitenciários ali lotados, bem como dos próprios detentos. A visita foi solicitada pelo juiz da Vara de Execuções Penais da Comarca de Contagem, presente na visita.



No prédio do Ceresp de Contagem, antes de ser reformado e assumido pela Subsecretaria de Administração Prisional do Estado - Suapi -, funcionava a antiga carceragem do 2º Distrito Policial de Contagem, administrada pela Polícia Civil e desativada em 2008. O prédio, mesmo após a reforma, permaneceu compacto e se localiza em zona urbana densamente habitada e com grande fluxo de trânsito, às margens da Av. Cardeal Eugênio Pacelli.

Inicialmente, o diretor-geral do presídio relatou que a unidade se encontra no limite do suportável com relação à lotação. Com capacidade para 95 detentos, o Ceresp tinha, no dia da visita, 120 presos. Segundo o juiz de execuções penais, recentemente, o presídio chegou a abrigar 149 detentos.

A área destinada ao banho de sol dos presos é, na verdade, um corredor, com largura de cerca de 2 metros, e fica logo à frente das celas. Apesar do aperto, os detentos foram questionados pelo deputado Sargento Rodrigues se tinham interesse em ser transferidos do local, e responderam de forma unânime que desejavam permanecer no Ceresp de Contagem. Nessa perspectiva, ficou evidente para o deputado que os presos têm sido bem tratados e respeitados na unidade prisional. Durante a visita às celas, o preso Valdinei da Paixão Pinto entregou ao deputado petição de *habeas corpus* manuscrita, no devido uso de seu direito constitucional.

O espaço destinado à administração da unidade e ao uso pelos servidores é também bastante exíguo. Esse espaço administrativo, um corredor com cerca de 2 metros de largura, fica bem ao lado das celas e faz divisa de parede com os sanitários dos detentos, o que leva mau cheiro para o local onde os servidores trabalham e realizam suas refeições.

Segundo o diretor da unidade, ele tem sido interpelado pelos agentes penitenciários para que se faça cumprir no local a lei antifumo, que proíbe fumar em estabelecimentos públicos. Todavia, ressaltou o diretor, a lei antifumo se choca com o costume tradicional do uso de cigarros em presídios, sendo um problema de difícil solução. O diretor está cogitando implementar a proibição do uso de cigarro assim que houver o remanejamento de todos os detentos, de modo a implementar a medida junto a uma nova turma de presos.

Conclusão

No final da visita, ficou constatado que, embora o presídio estivesse em razoáveis condições de funcionamento, havia o grave problema de insalubridade e falta de espaço físico para o trabalho dos agentes penitenciários. Além disso, ficou claro que o prédio da unidade é compacto e não dispõe de muro em todos os lados, de modo que algumas paredes da unidade fazem limite com a área urbana.

Tais características, somadas à superlotação, podem favorecer planos de fuga de detentos, devido à relativa facilidade de acesso às celas e à maior dificuldade de fiscalização de celas muito cheias. Diante desses fatos, o presidente da comissão decidiu propor os seguintes requerimentos, que foram aprovados na reunião da Comissão de Segurança Pública do dia 1º/4/2015:

- encaminhamento ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Subsecretaria de Estado de Administração Prisional de pedido de providências para determinar o imediato fechamento do Ceresp de Contagem, bem como a transferência dos 120 presos ali detidos para outras unidades, tendo em vista a sua localização;

- encaminhamento ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Subsecretaria de Estado de Administração Prisional e à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de pedido de providências para que garantam um ambiente salubre aos agentes de segurança penitenciários e agentes administrativos lotados no Ceresp de Contagem;

- encaminhamento ao presidente do Tribunal de Justiça da petição de *habeas corpus* entregue por Valdinei da Paixão Pinto ao deputado Sargento Rodrigues, durante a visita da Comissão de Segurança Pública ao Ceresp de Contagem.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues - João Leite - Paulo Lamac.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/4/2015

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 338/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

- nº 567/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado à Promotoria Estadual de Defesa da Educação do Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências com vistas a apurar possíveis ilegalidades, por parte da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na gestão da educação infantil, envolvendo o não atendimento de requisitos de qualificação profissional, bem como de terceirização ilegal, conforme relato da diretora do Sind-Rede/BH na audiência pública realizada em 12/3/2015, e sejam anexadas ao pedido de providências as notas taquigráficas da referida reunião;

- nº 568/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público do Trabalho pedido de providências com vistas a apurar possíveis ilegalidades, por parte da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na gestão da educação infantil, envolvendo o não atendimento de requisitos de qualificação profissional, bem como de terceirização ilegal, conforme relato da diretora do Sind-Rede/BH na audiência pública realizada em 12/3/2015, e sejam anexadas ao pedido de providências as notas taquigráficas da referida reunião;

- nº 569/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Evangelina Castilho Duarte, desembargadora-superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, por seu trabalho de combate à violência contra a mulher;



nº 570/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita ao presidente do Tribunal de Justiça para debater a ampliação do número de vagas especializadas em violência contra a mulher no Estado;

nº 571/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado à Presidência do Tribunal de Justiça pedido de providências para ampliação de varas criminais especializadas em violência contra a mulher no Estado, acompanhado das notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária desta comissão;

nº 572/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicita seja pedido ao presidente desta Assembleia Legislativa avaliação da possibilidade de se tornarem públicas e acessíveis, por meio do portal da ALMG, as notas taquigráficas das audiências públicas realizadas pelas comissões;

nº 573/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações para que envie cópia dos relatórios de acompanhamento do 9º Objetivo do Milênio, que versa sobre o combate à violência contra a mulher;

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.069/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a inclusão dos Municípios de Itabira e João Monlevade no Colar Metropolitano da RMBH;

nº 1.070/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as medidas compensatórias aplicadas à Coca Cola pela instalação de fábrica em Itabirito;

nº 1.071/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o processo de regularização e urbanização do Bairro Água Limpa;

nº 1.072/2015, dos deputados Fred Costa, Wander Borges e João Alberto, em que solicitam seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para instalação de balanças de pesagem de veículos na rodovia MG-030, considerando o tráfego intenso de carretas na citada via;

nº 1.073/2015, da deputada Rosângela Reis, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater o Projeto de Lei nº 616/2015;

nº 1.074/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater a proposta de alteração na idade da maioridade penal;

nº 1.075/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita ao albergue transferido da Pedreira Padre Lopes para o Bairro Floresta;

nº 1.076/2015, dos deputados Fred Costa e João Alberto, em que solicitam seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para a realização de estudos sobre as melhorias das condições de infraestrutura da estrada Rio de Peixe, que liga as rodovias MG-030 e BR-040, com pavimentação e melhoria das condições de segurança;

nº 1.077/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a proposta da Polícia Federal de instalação do Museu de Ciências Forenses no prédio da Escola de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais;

nº 1.079/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a transferência do albergue da Pedreira Padre Lopes para o Bairro Floresta;

nº 1.080/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado ao procurador-geral do Estado pedido de informações sobre o cumprimento de termos de ajustamento de conduta celebrados pela Phoenix Mineração e Comércio, no que se refere à redução de impostos ambientais e de tráfego causados pela atividade da empresa;

nº 1.081/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja realizado seminário legislativo para debater o contexto e as perspectivas da democracia e do desenvolvimento da economia brasileira, considerando os diversos desafios institucionais e econômicos atualmente enfrentados;

nº 1.082/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada visita ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - com a finalidade de debater o cronograma e o andamento de obras incluídas no Programa Estruturador Caminhos de Minas, no Sul do Estado;

nº 1.083/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater, em audiência pública, a alteração da legislação sobre porte de armas;

nº 1.084/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Cristina pelo 165º aniversário desse município;

nº 1.085/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Cambuquira pelo 106º aniversário desse município;

nº 1.086/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada visita ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - para debater o impacto causado no tráfego da rodovia MG-030 pelas atividades de retirada de rejeito realizadas pela empresa Phoenix Mineração e Comércio, bem como o cumprimento de termo de ajustamento de conduta assinado pela citada companhia;

nº 1.087/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências para que sejam implantadas barreiras do tipo *new jersey* nas curvas com maior índice de acidente da rodovia MG-030;

nº 1.088/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Jacutinga pelo 114º aniversário desse município;

nº 1.089/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências com a finalidade de proceder à instalação de lombadas na rodovia MG-030, no trecho entre Honório Bicalho e Rio Acima;



- nº 1.090/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 695/2015;
- nº 1.091/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Senador Amaral pelo 23º aniversário desse município;
- nº 1.092/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Fundação Clóvis Salgado pedido de providências para que o Ballet Jovem possa continuar utilizando as instalações da fundação para a realização das atividades do grupo;
- nº 1.093/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Poço Fundo pelo 145º aniversário desse município;
- nº 1.094/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para que o Ballet Jovem da Fundação Clóvis Salgado possa continuar utilizando as instalações da fundação para as atividades do grupo;
- nº 1.095/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado à coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal pedido de informações sobre a possível ocorrência de irregularidades no processo de licenciamento de empreendimentos imobiliários na chamada mata do Planalto, localizada no bairro de mesmo nome, no Município de Belo Horizonte, acompanhado das notas taquigráficas da 3ª reunião extraordinária desta comissão;
- nº 1.096/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a elaboração e implementação dos planos de mobilidade urbana nos municípios do Estado, considerando as disposições da Lei nº 12.587, de 3/1/2012;
- nº 1.097/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Fundação Clóvis Salgado pedido de providências para que, caso seja inevitável o término das atividades do Ballet Jovem, seja franqueado ao grupo período necessário de transição;
- nº 1.098/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a construção de prédios em área de preservação ambiental próxima ao Vale do Sereno, em Nova Lima;
- nº 1.099/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as obras de expansão do gás canalizado em Belo Horizonte pela Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig;
- nº 1.100/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para que, caso seja inevitável o término das atividades do Ballet Jovem, seja franqueado ao grupo período necessário de transição;
- nº 1.101/2015, da deputada Geisa Teixeira, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Passos para debater a situação da Rodovia MG-050, que se encontra em obras através da PPP Nascentes das Gerais;
- nº 1.102/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral do Estado pedido de informações sobre a possível ocorrência de irregularidades no processo de licenciamento de empreendimentos imobiliários na chamada mata do Planalto, localizada no bairro de mesmo nome, no Município de Belo Horizonte, acompanhado das notas taquigráficas da 3ª reunião extraordinária desta comissão;
- nº 1.103/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a manutenção das atividades do Ballet Jovem do Palácio das Artes;
- nº 1.104/2015, dos deputados Fred Costa e Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para a manutenção das atividades do Ballet Jovem do Palácio das Artes.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Fred Costa, presidente - Geisa Teixeira - Noraldino Júnior.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/4/2015

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Gil Pereira, por indicação da liderança do BVC) e Wander Borges (substituindo o deputado Isauro Calais, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Geisa Teixeira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Comissão de Assuntos Municipais convidando esta comissão para a visita ao Centro de Referência da Pessoa Idosa, no dia 23/4/2015, às 10 horas, e para a audiência pública, no dia 23/4/2015, às 14 horas, no Auditório desta Casa, em que se debaterão as condições de atendimento nesse centro; dos Srs. Tenente Lúcio, deputado federal (3), e Mário Ângelo Vitória, gerente regional do Trabalho e Emprego em Varginha, publicados no *Diário do Legislativo* em 7/4/2015; da Sra. Cristina Guimarães, assessora da presidência do BDMG, publicado no *Diário do Legislativo* em 9/4/2015. Registra-se a presença do deputado Isauro Calais. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.130/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as condições de atendimento, manutenção e custeio dos asilos do Estado;



nº 1.131/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a proposta de regulamentação da terceirização de trabalhadores nas empresas brasileiras, considerando a tramitação de projeto com essa finalidade no Congresso Nacional;

nº 1.133/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater, em audiência pública, a exclusão dos despachantes mineiros das atividades relacionadas ao Sistema de Racionalização e Prévio Registro de Veículos, no âmbito do Detran-MG, por solicitação da Federação Nacional dos Despachantes Públicos;

nº 1.134/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a situação das guardas municipais do Estado, bem como as disposições da Lei Federal nº 13.022, de 2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente - Geisa Teixeira - Isauro Calais - Tito Torres.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/4/2015

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Tito Torres (substituindo o deputado Gustavo Corrêa, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Arnaldo Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Mariah Brochado, secretária adjunta de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 8.394/2014, da Comissão da Pessoa com Deficiência. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 427/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Bonifácio Mourão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.165/2015, do deputado Duarte Bechir. São recebidos pela presidência para posterior apreciação os seguintes requerimentos:

nº 1.173/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Reitoria da Universidade do Estado de Minas Gerais pedido de providências para o desenvolvimento de programas de atendimento às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias por estagiários e residentes que atuam nos serviços dessa instituição;

nº 1.166/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência em Ituiutaba para debater, em audiência pública, a situação das Apaes da região do Triângulo Mineiro;

nº 1.167/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado da Saúde pedido de providências para ampliação da oferta de serviços especializados de reabilitação em deficiência intelectual para o atendimento às pessoas com transtorno do espectro do autismo;

nº 1.168/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre os programas desenvolvidos, a previsão de ações e o financiamento da atenção à pessoa com deficiência no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - Suas; a qualificação profissional e a inclusão no mercado de trabalho da pessoa com deficiência e a incorporação das Apaes como prestadoras de serviços do Suas;

nº 1.170/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, para discutir temas atinentes às políticas direcionadas à pessoa com deficiência sob responsabilidade dessa pasta;

nº 1.171/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para o fomento de parceria com instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas para o desenvolvimento de estudos e projetos de atenção à pessoa com transtorno do espectro do autismo;

nº 1.172/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado à Presidência da Fundação Hospitalar de Minas Gerais pedido de providências para o desenvolvimento de programas de atendimento às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias por estagiários e residentes que atuam nos serviços dessa instituição.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Duarte Bechir, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015

Às 10h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gil Pereira, Glaycon Franco e Dilzon Melo (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: 2 (dois) e-mails recebidos por meio do Fale com a Assembleia em 8/4 e 14/4 da Sra. Efigenia Aparecida da Silva



pedindo ajuda em relação ao valor de 124 reais da conta de luz em Santa Luzia. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.181/2015, dos deputados Gil Pereira, Glaycon Franco e Bosco, em que solicitam seja realizada visita à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para tratar dos temas afetos à sua competência regimental. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 1.188/2015, dos deputados Gil Pereira, Glaycon Franco, Dilzon Melo, Wander Borges, Bosco e João Vítor Xavier, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater o Marco Regulatório da Mineração e a atual conjuntura da mineração nacional e internacional. Em seguida, é aprovado relatório de visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico com o objetivo de discutir a situação energética e minerária de Minas Gerais, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.

Gil Pereira, presidente - Bosco - Glaycon Franco - Tony Carlos.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Minas e Energia

Local visitado: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede

Apresentação

A requerimento do deputado Gil Pereira, a Comissão de Minas e Energia visitou, no dia 9/4/2015, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede -, para discutir a situação energética e minerária de Minas Gerais.

Participaram da visita o presidente da Comissão de Minas e Energia, deputado Gil Pereira, e dois outros membros - deputado Bosco e deputado Glaycon Franco -, além do deputado Wander Borges. Os deputados foram recebidos pelo secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Altamir de Araújo Rôso Filho; pelo subsecretário de Políticas Minerárias e Energéticas da Sede, José Guilherme Ramos; pela diretora-presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - Indi -, Cristiane Serpa; e pelo diretor do Indi, Rubens José de Amaral Brito.

Relato

O encontro aconteceu na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. O presidente da comissão manifestou a intenção de colaborar com o governo no sentido de fomentar investimentos nas diversas regiões do Estado, por meio da implantação de novos empreendimentos capazes de gerar emprego e estimular a economia em Minas Gerais.

Os deputados presentes ressaltaram a necessidade de que o gasoduto oeste, que deverá ser construído para alimentar a fábrica de amônia a ser implantada em Uberaba pela Petrobras, siga o trajeto que vai de Queluzito a Uberaba, cruzando 26 municípios mineiros, possibilitando assim a diversificação da matriz energética e a alavancagem do desenvolvimento industrial da região. Além dessa opção de traçado, que possui 450km de extensão, há outras alternativas mais curtas para o gasoduto, que podem ir de Ribeirão Preto a Uberaba ou de São Carlos a Uberaba. No entanto, os deputados salientaram que não deve ser analisado apenas o custo do gasoduto, mas sobretudo os benefícios gerados.

O secretário respondeu que o governo está empenhado em garantir a construção do gasoduto integralmente em território mineiro, de forma a assegurar um novo eixo de desenvolvimento no Estado. Para isso, estão sendo estudadas soluções técnicas e a melhor forma de viabilizar o empreendimento. Segundo ele, a construção de um gasoduto com um traçado inteiramente mineiro é das mais viáveis, contudo exige altos investimentos.

O desenvolvimento de políticas públicas que favoreçam a instalação de indústrias geradoras de energias alternativas, como a solar, foi outro tema abordado durante a visita. O secretário afirmou que o Estado vem negociando a instalação, em território mineiro, de uma fábrica de painéis fotovoltaicos de uma empresa canadense de capital chinês. No momento, segundo ele, a empresa estaria buscando o melhor local para se instalar no Estado. O deputado Gil Pereira salientou que levar a indústria de placas de energia solar para a região Norte é um dos sonhos da comunidade local, destacando que a região tem ótimo potencial para esse tipo de energia. Presente à reunião, um dos representantes do Indi, Rubens Amaral, que acompanhou a diretora-presidente do órgão, Cristiane Serpa, informou que, nesse sentido, são boas as perspectivas e existem 16 projetos em estudo no Norte e no Noroeste do Estado.

O secretário Altamir Rôso ressaltou que, para atender melhor ao setor produtivo, é necessário promover algumas mudanças na legislação. Citou o caso do marco regulatório para a NR-12 da ABNT, a respeito da qual a Confederação Nacional da Indústria - CNI - vem manifestando publicamente a preocupação do setor industrial brasileiro com os impactos da Norma Regulamentadora 12 - Segurança em Máquinas e Equipamentos, alterada pela Portaria MTE nº 197, de dezembro de 2010. A CNI e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg - pleiteiam junto ao Ministério de Transporte e Emprego mudanças na norma em quesitos como adequações de máquinas usadas, obrigações distintas para fabricantes/importadores e tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, observado o impacto social e econômico nos setores produtivos relativo aos custos para as adaptações ou substituições pretendidas.

Além da construção do gasoduto e do desenvolvimento da energia solar, os deputados trataram também de questões que vêm preocupando alguns setores econômicos importantes do Estado, como a crise hídrica e o marco regulatório da mineração.

O deputado Bosco solicitou empenho do governo para a construção de um anel viário em Ibiá (Alto Paranaíba), visando ao escoamento da produção da fábrica da Nestlé, hoje praticamente limitada à produção de leite em pó. Segundo disse, a fábrica tem interesse em ampliar suas instalações e diversificar a produção, mas esbarra em dificuldades de circulação de seus caminhões, que, atualmente, precisam passar no perímetro urbano, o que restringe a tonelagem de carga a ser transportada. Sobre esse aspecto, o secretário explicou que o Estado não conta com muitos recursos, mas disse que é possível construir “soluções alternativas”, como a isenção de ICMS.

O deputado Glaycon Franco defendeu a necessidade de se construir um marco regulatório da mineração, uma vez que o setor gera muitas divisas para o Estado e para a região de Conselheiro Lafaiete, Congonhas e Ouro Branco (Central). Contudo, observou que esses municípios estariam sofrendo com a redução de investimentos por parte das mineradoras, devido à queda do valor do minério de ferro. Manifestou preocupação, também, com a crise hídrica que afeta o Estado. Essas questões, segundo disse, exigem uma solução compartilhada.

O secretário Altamir Rôso falou da importância de ter a Assembleia como interlocutora, juntamente com a iniciativa privada, e fez considerações sobre as inúmeras dificuldades que os empreendimentos enfrentam na área ambiental, lembrando que a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - está contornando uma grande crise, após uma operação-padrão que durou oito meses, envolvendo todos os seus funcionários.

Por sua vez, o deputado Wander Borges apresentou também alguns pleitos da região de Sabará, Santa Luzia e da Grande BH relacionados a obras no eixo 381, na divisa entre os dois municípios.

Os parlamentares e o titular da Sede reconheceram a importância da aproximação entre a ALMG e a referida pasta para discutir os temas relacionados à situação energética e minerária de Minas Gerais, de forma a atuar conjuntamente nas dificuldades observadas.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Gil Pereira, presidente - Glaycon Franco - Dilzon Melo.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Inácio Franco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.182/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Gustavo Valadares, em que solicitam seja realizada visita técnica da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - para discutir os impactos ambientais e o assoreamento da Lagoa Central, localizada no Município de Confins, bem como discutir as condicionantes ambientais referentes às obras de ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, com a presença da APA Carste Lagoa Santa;

nº 1.183/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado à Infraero pedido de informações sobre as obras de drenagem pluvial em torno do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em especial sobre o estudo do impacto da drenagem das águas na Lagoa Central, localizada no Município de Confins;

nº 1.184/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado ao prefeito municipal de Confins pedido de informações sobre a retirada constante de água da Lagoa Central de Confins para uso nas obras de ampliação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, bem como sobre a autorização junto ao Igam para o referido procedimento;

nº 1.185/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado ao prefeito municipal de Confins pedido de informações sobre o planejamento ambiental do município, bem como sobre os projetos de preservação ambiental previstos e em andamento;

nº 1.186/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - pedido de informações sobre o licenciamento corretivo do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em especial quanto à compensação ambiental e às demais ações decorrentes de preservação do meio ambiente;

nº 1.187/2015, dos deputados Cássio Soares, Dilzon Melo e Gustavo Valadares, em que solicitam seja encaminhado ao prefeito municipal de Confins pedido de providências para promover a limpeza das Lagoas dos Mares, Central e Vargem Bonita, localizadas no Município de Confins, em períodos que não coincidam com o período de procriação das aves, que acontece no mês de setembro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.

Cássio Soares, presidente - Marília Campos - Inácio Franco.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Cabo Júlio e Gustavo Valadares. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do deputado Wander Borges requerendo a juntada do atestado de pleno e regular funcionamento da Associação dos Jovens do Bairro Frimisa, Santa Luzia ao Projeto de Lei nº 430/2015, necessário à tramitação do referido projeto. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei Complementar nº 3/2015 e os Projetos de



Lei nºs 212, 228 e 527/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão a requerimento dos deputados Leonídio Bouças, o primeiro e o último, e João Alberto, os demais. É aprovado requerimento do deputado Antônio Jorge solicitando que os Projetos de Lei nºs 94, 203, 237, 643 e 650/2015 sejam apreciados em primeiros lugares nesta fase. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 203 e 650/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Antônio Jorge). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 94, 237 e 643/2015 (relator: deputado Antônio Jorge). Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2/2015 na forma do Substitutivo nº1 (relator: deputado Isauro Calais, em virtude de redistribuição). Registra-se a saída do deputado Antônio Jorge. São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Cajuri o Projeto de Lei nº 20/2015, em 1º turno (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro, em virtude de redistribuição); ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Pitangui o Projeto de Lei nº 24/2015, em 1º turno (relator: deputado Leonídio Bouças); ao autor, ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves o Projeto de Lei nº 32/2015, em 1º turno (relator: deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição); ao autor, ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Muriaé o Projeto de Lei nº 34/2015, em 1º turno (relator: deputado Isauro Calais, em virtude de redistribuição); ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais os Projetos de Lei nºs 174 e 176/2015, ambos em 1º turno (relator: deputado Leonídio Bouças, sendo o primeiro em virtude de redistribuição); ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de Pará de Minas o Projeto de Lei nº 255/2015, em 1º turno (relator: deputado Leonídio Bouças); ao secretário de Estado de Saúde os Projetos de Lei nºs 292, 301 e 479/2015, todos em 1º turno (respectivos relatores: deputados Luiz Humberto Carneiro; Isauro Calais e Bonifácio Mourão, todos em virtude de redistribuição); ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais e à Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas o Projeto de Lei nº 364/2015, em 1º turno (relator: deputado Isauro Calais). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 102/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro, em virtude de redistribuição); 205, 243, 337, 352, 395 e 441/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 208 e 326/2015, ambos no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado Leonídio Bouças. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 486/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças); 488 e 623/2015 ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão); 546/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 269/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças, em virtude de redistribuição); 594/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão) e 604/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados que solicitam pedido de informações, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 597, 602, 605 a 613, 628 a 630/2015, para que os processos sejam instruídos com a documentação necessária a sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Isauro Calais - João Alberto - Cristiano Silveira.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015

Às 15h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco e Nozinho, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Nozinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e a votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 12/2015 (relator: deputado Emidinho Madeira) 267 e 273/2015 (relator: deputado Nozinho) por unanimidade. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.145/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada visita ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com lideranças dos produtores rurais para tratar da securitização e alongamento das dívidas advindas de créditos agrícolas.

nº 1.147/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada visita ao governador do Estado, juntamente com lideranças dos produtores rurais de Minas Gerais, e com a participação do secretário de Estado da Agricultura, Pecuária, e Abastecimento, para tratar da securitização e alongamento das dívidas advindas de créditos agrícolas.

nº 1.148/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes, Nozinho e Rogério Correia, em que solicitam sejam enviadas cópias das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária desta comissão, que teve por finalidade discutir a



securitização agrícola e o alongamento das dívidas advindas de créditos agrícolas, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil, e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para que tomem conhecimento e adotem providências cabíveis.

nº 1.205/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada visita ao Instituto Técnico de Agropecuária e Cooperativismo da Epamig, em Pitangui.

nº 1.206/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada visita à Exposição Minaslactea 2015, promovida pela Epamig, em Juiz de Fora.

nº 1.210/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada visita ao Sindicato Rural do Município de Janaúba.

nº 1.213/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada visita às instalações da Epamig em Uberaba.

nº 1.218/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Rogério Correia, Nozinho e Emidinho Madeira, em que solicitam seja realizada visita à Expocafé 2015, em Três Pontas.

nº 1.222/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Emidinho Madeira, Nozinho e Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhada manifestação de repúdio ao MTST em razão da invasão da Fazenda da Epamig, em 14/4/2015, em Patos de Minas.

nº 1.223/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado pedido de providências à Seapa e à Advocacia-Geral do Estado para o estabelecimento da ordem e a reintegração de posse da Fazenda da Epamig, em Patos de Minas, em razão da invasão ocorrida em 14/4/2015, pelo MTST.

nº 1.224/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o desempenho do setor sucroenergético e da cogeração de energia elétrica no Estado.

nº 1.225/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a situação da cadeia produtiva da cachaça artesanal no Estado.

nº 1.227/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a situação da piscicultura no Estado, bem como os entraves ambientais e sanitários para sua regularização.

nº 1.228/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a situação dos setores de base florestal com foco na silvicultura, no Estado.

nº 1.229/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a situação da cadeia produtiva do leite no Estado.

nº 1.230/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a situação da cadeia produtiva da carne suína no Estado.

nº 1.232/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a universalização da habilitação sanitária e a regularização tributária das agroindústrias familiares e dos queijos artesanais.

nº 1.233/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada visita para conhecer a experiência do Barracão do Produtor, em Nova União, especialmente no que diz respeito à comercialização da banana.

nº 1.234/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada visita para conhecer a experiência de associativismo na cadeia produtiva do leite em Alterosa.

nº 1.235/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada visita para conhecer a situação do projeto Jaíba e as demandas da Ruralminas concernentes ao projeto em questão.

nº 1.236/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Emidinho Madeira e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada visita à Emater para apresentar a nova composição da comissão e conhecer as demandas da referida instituição.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.207/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as conclusões e propostas de ações e políticas públicas destinadas aos jovens do campo, aprovadas no II Encontro dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Terceira Idade em Minas Gerais.

nº 1.212/2015, dos deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Paulo Lamac e Dilzon Melo, em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente para debater, em audiência pública, a implementação do Cadastro Ambiental Rural - CAR.

nº 1.215/2015, do deputado Thiago Cota, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a forma de atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e da Fundação Rural Mineira dentro da nova estrutura administrativa do governo.

nº 1.219/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública em Montes Claros para debater a renegociação das dívidas e perda da produção em razão da calamidade hídrica.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente - Nozinho - Emidinho Madeira.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/4/2015

Às 16h21min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Tito Torres, Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais) e Elismar Prado (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do Bloco Minas Melhor), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Euvaldo M. Bittencourt Júnior, coordenador-geral de Convênios da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, publicado no *Diário do Legislativo* em 17/4/2015. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 8/2015 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Tito Torres). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Arnaldo Silva - Felipe Attiê - Elismar Prado - Leonídio Bouças - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/4/2015

Às 10h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio e Rogério Correia (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antônio Carlos Arantes, Bosco, Missionário Márcio Santiago e Douglas Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 840/2015, o qual visa alterar a Lei nº 18.185, de 2009, para prever no art. 4º, § 2º, que "será admitida a prorrogação dos contratos de que trata o inciso V do *caput* do art. 2º para além do limite estipulado no inciso III do § 1º do art. 4º, enquanto não for realizado concurso público e provimento dos cargos, em especial dos agentes penitenciários e agentes socioeducativos", além de considerar, para efeitos de pontuação como título, o cômputo dos anos anteriormente trabalhados nas áreas de segurança pública e defesa social e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Lígia Maria Alves Pereira, chefe de gabinete e subsecretária de Gestão de Pessoas em exercício da Secretaria de Planejamento e Gestão, representando o secretário dessa pasta; e os Srs. Bernardino Soares, superintendente de Gestão de Medidas Privativas de Liberdade, representando o secretário de Defesa Social; Adeilton de Souza Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais; Ronan Rodrigues, presidente da União Mineira dos Agentes de Segurança Prisional do Estado de Minas Gerais; Rômulo Assis, diretor financeiro do Sindicato dos Servidores do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais; Eugênio Ferreira dos Santos, vereador do Município de Unaí; e Carlos Cunha, presidente da Associação dos Agentes Socioeducativos de Unaí, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido à votação, é aprovado Requerimento nº 1.249/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Bosco, Missionário Márcio Santiago, Rogério Correia e Douglas Melo, em que solicitam seja realizada visita ao secretário de Defesa Social, acompanhada de comissão de representantes dos agentes de segurança penitenciários e socioeducativos contratados temporariamente, com a finalidade de debater a situação dessas categorias, levar sugestões do Projeto de Lei nº 840/2015 colhidas em audiência pública e entregar as notas taquigráficas da 11ª Reunião Extraordinária, que debateu essa temática.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente - Celise Laviola - Cabo Júlio - Bonifácio Mourão.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/4/2015

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, João Alberto (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), Roberto Andrade (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG) e Rogério Correia (substituindo a deputada Cristina Corrêa, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, soluções viáveis para o impasse criado pela adoção de procedimentos irregulares no registro de pessoas jurídicas no cartório da Comarca de São Francisco. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Jainy de Jesus Gonçalves Pereira, presidente do Conselho



Municipal de Entidades de Ação Comunitária de São Francisco; e os Srs. Paulo José Carlos Guedes, secretário de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Sedinor; Arguinel Paixão Souza Pinto, prefeito municipal de Pintópolis; Luiz Rocha Neto, prefeito municipal de São Francisco; Paulo Gomes Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco; Alexandre Souza Leal, presidente do Instituto de Registradores de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas de Minas Gerais; Pedro Francisco Guimarães, vereador da Câmara Municipal de São Francisco; e João Naves de Melo, presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - Codema - de São Francisco, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado João Alberto, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.266/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao diretor do Foro da Comarca de São Francisco pedido de providências para que possa viabilizar a retificação dos registros que foram feitos incorretamente no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, de acordo com o disposto no art. 37 da Lei nº 8.935, de 1994, combinado com o art. 16 da Lei 15.424, de 2004, sem ônus para os interessados, desde que comprovem o pagamento anterior;

nº 1.267/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado e à Corregedoria do Estado as notas taquigráficas desta reunião, dando ciência das reivindicações feitas na audiência, e pedido de providências para que sejam processadas as retificações necessárias nos registros das pessoas jurídicas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de São Francisco, sem ônus para os interessados que comprovarem o pagamento realizado;

nº 1.268/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja encaminhado a esta Casa projeto de lei determinando que não sejam devidos os emolumentos, as custas e a taxa de fiscalização judiciária referentes aos atos de retificação dos atos apurados como irregulares dos serviços notariais e de registro do Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de São Francisco, desde que comprovadamente pagos, conforme sugestão de redação do anteprojeto;

nº 1.269/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada visita ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado e ao corregedor-geral de Justiça juntamente com representantes de associações, sindicatos e caixas escolares envolvidos na situação, para encaminhar as propostas de retificação das irregularidades apuradas nos registros de pessoas jurídicas realizados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de São Francisco;

nº 1.270/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig - pedido de providências para apurar denúncia de transporte irregular de materiais diversos feito por ambulâncias da Casa de Saúde Padre Damião, no município de Ubá, conforme denúncia publicada no jornal *O Tempo* em 14/4/2015;

nº 1.271/2015, dos deputados Rogério Correia e Iran Barbosa, em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a comissão de Esporte, Lazer e Juventude para debater, em audiência pública, entre outros pontos, o contrato da parceria público-privada firmado entre o governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo, e a empresa Minas Arena para a reforma e modernização do Mineirão, bem como as obras, a exploração, a operação e a manutenção do estádio.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

João Magalhães, presidente - Tiago Ulisses - Luiz Humberto Carneiro - Cristina Corrêa.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/4/2015

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e o deputado Fred Costa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada, a subscreve e solicita ao membro da comissão presente que a subscreva. A presidência informa que a reunião se destina a debater as condições de atendimento do Centro de Referência da Pessoa Idosa, em espaço conhecido como Tancredão, localizado em Belo Horizonte, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Fontana Cardoso Maia, coordenadora de Direitos da Pessoa Idosa de Belo Horizonte; e Márcia Marília Figueiredo, coordenadora do Centro de Referência da Pessoa Idosa de Belo Horizonte; o Maj. PM Denio Sebastião Marino de Carvalho, chefe da Seção de Direitos Humanos da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o comandante-geral; e o Sr. Carlos Alberto dos Passos, presidente do Movimento de Luta Pró-Idoso de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. O cidadão presente na fase de debates, Sr. Edésio Cândia da Cruz, entrega ao presidente um CD contendo as imagens feitas há um ano das obras do Centro de Referência da Pessoa Idosa. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2015.

Fred Costa, presidente - Wander Borges.

**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/4/2015**

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira e Anselmo José Domingos (substituindo o deputado Duarte Bechir, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a alienação parental, a buscar formas de aumentar a conscientização dos cidadãos acerca desse tema e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Walquíria Antônia de Carvalho, presidente da Associação Brasileira para Igualdade Parental - Regional Belo Horizonte; Miriam Queiroz Lacerda Costa, promotora de justiça; e Edna Ribeiro Andrade, conselheira tutelar; e os Srs. Bertoldo Mateus de Oliveira Filho, coordenador de Defesa dos Direitos das Famílias do Ministério Público do Estado; Murilo Evandro Andrade, advogado criminalista; Rogério Mendonça de Noronha, diretor-médico da Associação Brasileira para Igualdade Parental - Regional Belo Horizonte; e Alexandre Bersan Carneiro, empresário, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Anselmo José Domingos, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.

Cristiano Silveira, presidente - Rogério Correia - João Alberto.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/4/2015

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fred Costa e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fred Costa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve e solicita ao membro presente que a subscreva. A presidência informa que a reunião se destina a debater o possível reajuste da alíquota do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI - pela Prefeitura de Belo Horizonte e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Teodomiro Diniz Camargos, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -; Abelardo Ribeiro de Novaes Filho, diretor financeiro do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Minas Gerais - SindImóveis; Kênio de Souza Pereira, presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB-MG, conselheiro da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais - Secovi-MG - e representante, no Estado, da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário; e Lowell Revert, gerente executivo do Secovi-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2015.

Wander Borges, presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Rosângela Reis.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/4/2015

Às 9h15min, comparecem na Associação Comercial de Uberlândia os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Elismar Prado (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança BMM), Leonídio Bouças (substituindo o deputado Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM) e Luiz Humberto Carneiro (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a carga tributária do Estado, a guerra fiscal entre os estados, bem como o conseqüente reflexo no desenvolvimento econômico de Minas Gerais, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Núbia Carvalho, representando Cícero Heraldo Oliveira Novaes, presidente da CDL de Uberlândia; e os Srs. Weliton Prado, deputado federal; Pedro Lacerda José do Nascimento, presidente da Regional Vale do Paranaíba da Fiemg, representando Olavo Machado Júnior, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg; Wertson Brasil de Souza, diretor financeiro do Sindifisco, representando Deliane Lemos de Oliveira, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual - Sindifisco-MG; Vidigal Fernandes Martins, membro do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, representando Marco Aurélio Cunha de Almeida, presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais; Fábio Pergher, presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia; Unadir Gonçalves Junior, presidente do Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação de Minas Gerais - Sinffaz -, e Marcus Vinicius Bolpato da Silva, presidente da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal - Febrafisco - e diretor jurídico do Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação de Minas Gerais - Sinffaz -, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença dos Srs. Rui Ramos, prefeito municipal de Pirajuba, e Carlos Quintilhano da Silva, gerente da Regional Vale do Paranaíba da Fiemg; Hugo Rene de Souza,



vice-presidente do Sinffaz; e Ismar Prado, Toninho Heitor, Doca Mastroiano e Wilson Pinheiro, vereadores à Câmara Municipal de Uberlândia. A presidência concede a palavra aos deputados Arnaldo Silva e Felipe Attiê, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.299/2015, dos deputados Elismar Prado, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Leonídio Bouças e Luiz Humberto Carneiro, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda, pedido de providências para que os mesmos benefícios concedidos por regime especial tributação ao setor de reciclagem de papel seja estendido aos setores de reciclagem de plásticos, vidro, ferro, alumínio, cobre e outros;

nº 1.300/2015, dos deputados Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Elismar Prado e Leonídio Bouças, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de providências para agilizar a análise do universo de protocolos de intenções já firmados entre o Estado e o setor produtivo, bem como a expansão das negociações para que novos protocolos sejam firmados, tendo em vista dinamizar a economia mineira, além de protegê-la contra políticas econômicas agressivas e atração de investimentos adotadas por outras unidades da Federação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2015.

Tiago Ulisses, presidente - Arnaldo Silva - Felipe Attiê - Thiago Cota - Ione Pinheiro.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/5/2015

Às 9h15min, comparecem no Salão Nobre da Associação Brasileira de Criadores de Zebu - ABCZ - os deputados Fabiano Tolentino e Emidinho Madeira, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Tony Carlos e Antônio Lerin. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir as políticas públicas e o desenvolvimento do agronegócio em Minas Gerais, durante a Exposição Internacional de Raças Zebuínas - Expozebu - e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Luiz Humberto Dutra, presidente da Câmara Municipal de Uberaba; João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Fabiano Magella Carvalho, diretor de Promoção e Articulação Institucional da Emater; Rivaldo Machado, vice-presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, representando o presidente; Luiz Cláudio de Souza Paranhos Ferreira, presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ - Uberaba; Rui Verneque, presidente da Epamig; Trazillo José de Paula Júnior, diretor de Operações Técnicas da Epamig; Cel. PM Edvaldo Piccinini Teixeira Júnior, comandante da 5ª Região da PM; Weber Bernardes de Andrade, presidente do Núcleo dos Sindicatos dos Produtores Rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; e Romeu Borges de Araújo Júnior, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Uberaba, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Antônio Lerin, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais, e, em seguida, aos demais deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. O presidente recebe ofício do presidente do Núcleo dos Sindicatos dos Produtores Rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba contendo os desafios que esperam sejam superados pelo atual governo do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente - Emidinho Madeira - Antônio Carlos Arantes - Inácio Franco.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 7/5/2015

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Douglas Melo, Ivair Nogueira, Professor Neivaldo e Carlos Pimenta (substituindo o deputado Dalmo Ribeiro Silva, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as mudanças de regras no Fies e o atraso no repasse do Pronatec pelo governo federal às entidades executoras e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Iran Barbosa, presidente da Comissão Extraordinária das Águas, convidando a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para participar de audiência pública a realizar-se em Frutal, no dia 8/5/2015, com a finalidade de debater a execução dos programas da Hidroex; e estudo técnico elaborado pela Gerência de Consultoria Temática desta Casa, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 813/2015. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Sheila Venâncio de Jesus Pereira, superintendente de Ensino Tecnológico de Ensino Superior da Secretaria de Educação, e os Srs. Ernesto Faioli Nogueira, chefe da seção de Políticas do Trabalho, representando Heli Siqueira de Azevedo, superintendente regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais substituto; Rafael Gontijo, diretor de Expansão da Faculdade Pitágoras em Montes Claros, representando a Sra. Maria de Fátima Turano, diretora executiva dessa instituição; Dante Pires Cafaggi,



vice-diretor do Câmpus JK da Funorte em Montes Claros, representando a Sra. Ivonei Trezena, diretora executiva dessa instituição; Edmar Fernando de Alcântara, gerente de Educação Profissional do Senai-Fiemg; e Lúcio Flávio Sleutjes, diretor-geral da Faculdade Vértice de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na ausência do relator, o presidente avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 220/2015 e o retira da pauta por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 447 e 467/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.587/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater os procedimentos de aposentadoria dos servidores públicos na área de educação no Estado e elucidar os motivos de sua demora;

nº 1.588/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater a situação do mobiliário escolar das escolas públicas do Estado;

nº 1.589/2015, dos deputados Paulo Lamac e Cristiano Silveira, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia conjunta com a Comissão de Direitos Humanos para debater os aspectos administrativos relacionados à representação estudantil no âmbito das escolas públicas estaduais;

nº 1.590/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater a gestão democrática nas escolas públicas estaduais e municipais, notadamente no que concerne à consulta das comunidades escolares para a nomeação dos gestores dessas instituições de ensino;

nº 1.591/2015, do deputado Nozinho, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia ao Município de São Gonçalo do Rio Abaixo com a finalidade de conhecer a experiência exitosa das escolas de tempo integral desse município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Paulo Lamac, presidente - Douglas Melo - Professor Neivaldo.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 19/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 678, 717, 718, 723 a 730/2015, do deputado Cabo Júlio; 715/2015, do deputado Anselmo José Domingos; e 719/2015, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 6/2015

Comissão Especial Relatório

Por meio da Mensagem nº 9/2015, publicada no *Diário do Legislativo* de 26/3/2015, o governador do Estado encaminhou a esta Assembleia Legislativa para exame, em observância ao que determina o art. 62, XXIII, “d”, da Constituição do Estado, a indicação de Liza Prado para o cargo de presidência da Fundação de Educação para o Trabalho do Estado de Minas Gerais - Utramig.

Constituída a Comissão Especial, nos termos do art. 111, I, “c”, combinado com o § 1º do art. 146, do Regimento Interno, procedeu-se à arguição pública da indicada, que respondeu satisfatoriamente às questões formuladas pelos deputados.

A candidata demonstrou conhecimento sobre a instituição para cuja presidência foi indicada, atendendo, ainda, aos demais critérios exigidos para a ocupação do cargo. Esta comissão entende, portanto, tratar-se de pessoa capaz e comprometida com os princípios da Fundação.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Indicação nº 6/2015, que sugere o nome de Liza Prado para o cargo de presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente - Ione Pinheiro, relatora - Geraldo Pimenta.

PARECER SOBRE A INDICAÇÃO Nº 11/2015**Comissão Especial
Relatório**

O governador do Estado submeteu a esta Casa Legislativa, por meio da Mensagem nº 11/2015, publicada em 18/4/2015, no *Diário do Legislativo*, em cumprimento à alínea “d” do inciso XXIII do art. 62 da Constituição do Estado, o nome de Flávio Góes Menicucci para o cargo de diretor-geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG.

Compete-nos emitir parecer, após a arguição do candidato por esta comissão especial, nos termos do art. 111, I, “c”, combinado com o art. 146, § 1º, do Regimento Interno.

Na arguição, respondendo com segurança e clareza às questões propostas, o indicado demonstrou conhecimento e capacidade suficientes para assumir o cargo, e seu currículo confirma sua alta qualificação.

Conclusão

Opinamos pela aprovação da Indicação nº 11/2015, para que Flávio Góes Menicucci exerça o cargo de diretor-geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop - MG.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Inácio Franco, presidente - Celise Laviola, relatora - Agostinho Patrus Filho.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 225/2015**Comissão de Direitos Humanos
Relatório**

De autoria do deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe visa instituir o Dia Estadual do Nascituro.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Direitos Humanos. Em seu exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma apresentada.

Vem, agora, o projeto a esta comissão para receber parecer, nos termos dos arts. 188 e 190, combinados com o art. 102, V, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa instituir o Dia do Nascituro, a ser comemorado em 25 de março. O termo “nascituro” tem origem na palavra latina *nasciturus*, que designa aquele que ainda não nasceu, mas há de nascer. Trata-se, assim, de uma expectativa, ou seja, o ente foi concebido, porém não se sabe se vai nascer vivo ou não.

A doutrina do direito civil admite três correntes em relação ao início da personalidade civil: a concepcionista, a natalista e a da personalidade condicional. A teoria concepcionista defende a personalidade civil desde a concepção, portanto, o nascituro é tido como sujeito de direitos. Já para a teoria natalista, o nascimento com vida é pressuposto para a aquisição da personalidade. Como o nascituro é mera expectativa de vida, ele possui meras expectativas de direitos. Segundo essa teoria, o nascituro não é uma vida à parte de sua genitora, ele é parte do corpo da mulher. Por fim, a teoria da personalidade condicional apresenta-se como uma mescla das duas teorias anteriores, uma vez que reconhece a personalidade desde a concepção, porém condicionada ao nascimento com vida.

De acordo com o art. 2º do Código Civil, Lei Federal nº 10.406, de 2002, a personalidade civil da pessoa começa no momento do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro. Assim, embora o nascituro não tenha personalidade civil, que começa com o nascimento com vida, ele pode ser titular de direitos, como, por exemplo, a garantia de alimentos gravídicos.

Além dessa discussão teórica acerca da personalidade civil do nascituro, há, ainda, discussões sobre o momento do início da vida humana, o que teria implicações importantes na discussão sobre aborto, métodos contraceptivos e fertilização *in vitro*.

Alguns defendem o pensamento de que desde o momento em que o espermatozoide fecunda o óvulo, processo que dá início à gestação, já há início da vida; outros, que a vida se inicia apenas com a fixação do óvulo fecundado no útero - ambiente que permitirá seu crescimento e desenvolvimento -, o que ocorre por volta do sétimo ao décimo dia de gestação. A teoria embriológica, por sua vez, considera que a vida começa na terceira semana de gestação, quando o embrião adquire individualidade. Há, ainda, os que consideram que é preciso um coração pulsando e um cérebro funcionando, ou seja, a presença de sistema circulatório e nervoso, que se dá em torno do segundo mês de gestação, para que o feto seja considerado um ser vivo - teoria neurológica.

Chegar a um consenso sobre esse tema é bastante difícil, pois o debate é permeado por valores religiosos, políticos e morais. Entendemos, no entanto, que a instituição de uma data comemorativa no calendário oficial do Estado pode contribuir para a discussão e a reflexão do tema pela sociedade, abordando questões importantes em relação aos direitos da mulher e do nascituro, motivo pelo qual somos a favor da proposição em tela.

Conclusão

Pelos argumentos expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 225/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Cristiano Silveira, presidente - Geraldo Pimenta, relator - Fábio Avelar Oliveira.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 985/2015****Comissão de Constituição e Justiça
Relatório**

De autoria do deputado Ivair Nogueira, a proposição de lei em análise, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.021/2012, visa declarar de utilidade pública o Clube Recreativo de Mário Campos - CRMC -, com sede no Município de Mário Campos.

A matéria foi publicada no *Diário do Legislativo* de 11/4/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da proposição quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 985/2015 tem por finalidade declarar de utilidade pública o Clube Recreativo de Mário Campos - CRMC -, com sede no Município de Mário Campos.

Os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998.

Pelo exame da documentação que instrui o processo, constata-se o inteiro atendimento às exigências mencionadas no referido dispositivo, pois ficou comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções.

Note-se que, no estatuto constitutivo da instituição, os arts. 8º e 68 determinam que, na hipótese de sua dissolução, o patrimônio remanescente será destinado a entidade congênera, legalmente constituída no Município de Mário Campos; e os arts. 22, § 8º, 36, § 6º, e 65 vedam a remuneração de seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

Conclusão

Pelo aduzido, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 985/2015 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

João Alberto, presidente - Bonifácio Mourão, relator - Cristiano Silveira - Isauro Calais - Luiz Humberto Carneiro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 148/2015**Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte
Relatório**

De autoria do Deputado Fred Costa, este projeto estabelece normas de mensuração de tarifas horárias em estacionamento de veículos e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça, em exame preliminar, concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou.

Obedecendo ao disposto no § 2º do art. 173 do Regimento Interno, os Projetos de Lei nºs 836/2015, do deputado Arlen Santiago, 1.139/2015, do Deputado Alencar da Silveira Jr. e 861/2015, também do deputado Fred Costa, por guardarem semelhança, foram anexados à proposição.

Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do inciso IV do art. 102 do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de Lei nº 148/2015 pretende determinar que os estabelecimentos que exploram o serviço de estacionamento de veículos adotem tarifas proporcionais à fração de hora utilizada, devendo cada fração ser tarifada com idêntico valor; que mantenham relógios sincronizados em locais visíveis para o consumidor, na entrada e na saída; e que afixem, em placas próximas à entrada do estacionamento, os valores correspondentes aos períodos fracionados de permanência dos veículos. Prevê, ainda, que o descumprimento dessas normas sujeitará o infrator às penalidades de advertência, multa e duplicação do valor da multa, em caso de reincidência.

Mantemos, em linhas gerais, o parecer emitido na legislatura passada, quando do exame do Projeto de Lei nº 447/2011, com matéria idêntica à do projeto em análise.

O objetivo deste projeto e dos outros a ele anexados é estabelecer, em todo o Estado, a obrigatoriedade de cobrança, pelos estacionamentos, de tarifa proporcional ao tempo de permanência do veículo. Em muitos estabelecimentos, o cliente paga o valor correspondente a uma hora, mesmo quando utiliza o estacionamento durante poucos minutos.

Na capital, a Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, que contém o Código de Posturas do Município, já prevê tal exigência e disciplina o serviço de estacionamento, determinando, no seu art. 245, que os estabelecimentos prestadores desse serviço tomem como fração, para fins de cobrança, o período de quinze minutos e que cobrem o mesmo valor por todas as frações. Prevê, ainda, a obrigatoriedade de afixação de placa, próximo à entrada do estabelecimento, com os valores devidos por permanência de 15, 30, 45 e 60 minutos.

O assunto, sem dúvida, diz respeito à defesa do consumidor. O serviço prestado pelos referidos estabelecimentos configura uma relação de consumo, devendo, por isso, sujeitar-se à disciplina do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, tendo o Estado, conforme exarado no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, competência para disciplinar a matéria.

Esta comissão entende que o estabelecimento não pode exigir que o cliente pague por um serviço que não foi por ele utilizado, o que é exigir "vantagem manifestamente excessiva", infração prevista no inciso V do art. 39 do Código de Proteção e Defesa do



Consumidor. Além disso, a cobrança de um valor mínimo por determinado período de estacionamento configura venda casada, considerada crime contra a ordem econômica e contra as relações de consumo, conforme dispõe o art. 39, I, do Código de Proteção e Defesa do Consumidor :

“Art. 39 - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, entre outras práticas abusivas:

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;”

De fato, o inciso I do art. 39 estabelece que é vedado condicionar o fornecimento de serviço a limites quantitativos. Sendo assim, o estabelecimento não pode exigir que o consumidor pague uma quantia mínima sem a correspondente utilização do serviço. Se o veículo permanece estacionado por alguns minutos e é pago o valor correspondente a uma hora, o fornecedor recebe não apenas pelo tempo pago a mais por aquele consumidor, mas também pelo tempo que será pago pela utilização da vaga por um outro veículo, ainda dentro do mesmo horário.

Quanto às penalidades previstas no art. 5º do projeto, entendemos que a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que contém o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, já estabeleceu sanções a serem aplicadas nos casos de infração às normas de defesa do consumidor. Por essa razão, apresentamos, ao final deste parecer, a Emenda nº 3.

Com o objetivo de aprimorar o projeto, apresentamos a Emenda nº 4, que obriga os estabelecimentos que exploram serviço de estacionamento de veículos a manter registro de entrada de veículos, o qual, em caso de extravio do *ticket* de estacionamento, poderá ser consultado pelo consumidor para a devida apuração do tempo de utilização do serviço. Essa emenda também proíbe a cobrança de multa por extravio do *ticket*.

Por fim, considerando que os estacionamentos de veículos em funcionamento no Estado precisarão adequar-se à nova norma, especialmente no que diz respeito à afixação de placas e à instalação de relógios, apresentamos a Emenda nº 5.

Conclusão

Opinamos pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 148/2015, com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça, e as seguintes Emendas nºs 3, 4 e 5.

EMENDA Nº 3

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

“Art. 5º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas nos arts. 56 e 57 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.”

EMENDA Nº 4

Acrescente-se ao projeto o seguinte art. 6º, renumerando-se os demais:

“Art. 6º - Os estabelecimentos de que trata esta lei são obrigados a manter registro de entrada de veículos para fins de consulta em caso de extravio do *ticket* do usuário.

Parágrafo único - Fica proibida a cobrança de multa por extravio do *ticket* de estacionamento.”

EMENDA Nº 5

Dê-se ao art. 7º renumerado pela Emenda nº 4 a seguinte redação:

“Art. 7º - Os estabelecimentos que exploram serviço de estacionamento de veículo no Estado terão o prazo de 60 dias para se adequarem ao disposto nesta lei.”

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Elismar Prado, presidente - Sargento Rodrigues, relator - Noraldino Júnior - Douglas Melo.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 218/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos, a proposição em epígrafe “torna obrigatória a divulgação da linha de crédito de acessibilidade do Banco do Brasil no Estado e dá outras providências”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 6/3/2015, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a esta comissão, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno, analisar a matéria quanto aos seus aspectos jurídico, constitucional e legal.

Fundamentação

O projeto em questão obriga os estabelecimentos que comercializam produtos de tecnologia assistiva no Estado a divulgar a linha de crédito de acessibilidade do Banco do Brasil. Segundo o autor, essa linha de crédito faz parte do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite - do Governo Federal (art. 1º), nos termos do § 1º do art. 1º da proposição:

“Art. 1º - (...)

§1º - A divulgação a que se refere o *caput* deste artigo se dará das seguintes formas:

I - pela fixação de cartaz em local visível a que o público tenha acesso;

II - pela impressão nos veículos de propriedade dos estabelecimentos;



III - pela inclusão em todas as peças publicitárias contratadas pelos estabelecimentos, quer para imprensa escrita, falada, televisiva, quer por outro qualquer meio de publicidade, como folhetos, cartazes, etc;

IV - pelo endereço eletrônico dos estabelecimentos”.

O § 2º do art. 1º e o art. 2º do projeto prescrevem que a divulgação deverá ser grafada em destaque e abranger outras instituições financeiras que criarem linha de crédito para produtos de tecnologia assistiva. O art. 3º, por fim, prevê que o descumprimento do art. 1º sujeitará o infrator a multa no valor de 1.000 Ufemgs (mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) por auto de infração.

Segundo o autor, em sua justificação, “o plano Viver Sem Limite integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e obteve junto ao Banco do Brasil uma modalidade de crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva, com foco no público com renda de até 10 salários mínimos. A tecnologia assistiva abrange os recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, proporcionando maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade”.

Não desconsideramos a importância de dar amplo conhecimento da linha de crédito em questão, mas essa medida deve ser tomada no bojo do programa federal em foco, com base nas técnicas atuais de comunicação social, e não por lei estadual. Assim, não obstante o mérito da proposta, há óbices intransponíveis que impedem sua tramitação, especialmente em relação à iniciativa privada: não faz sentido o poder público repassar para o particular um encargo que é seu, compelindo-o a arcar com os custos de campanha por ele pretendida. É necessário destacar que também não faz sentido obrigar particulares a promoverem a divulgação de um produto ou de uma instituição bancária, que, embora pública, exerce atividade de natureza privada.

Saliente-se que as leis devem conter normas gerais, abstratas e perenes, voltadas para a ordenação social. Tais normas estabelecem padrões de conduta humana, aos quais se ligam determinadas consequências jurídicas, ou estabelecem competências ou ainda contêm disposições de caráter organizacional. Nesse sentido, a lei é ato estatal cuja hipótese de incidência se reproduz no tempo, atinge um universo indeterminado de destinatários e é editado para vigor por tempo indeterminado. Por outro lado, o projeto em estudo contempla em seu bojo medidas que consubstanciam campanhas publicitárias, atividades tipicamente administrativas, incompatíveis com as características inerentes a toda lei, notadamente com a da perenidade, uma vez que a linha de crédito em questão pode ser cancelada pela instituição financeira a qualquer tempo, fato que tornaria inócua a medida em questão.

Ademais, essas campanhas devem ser realizadas segundo as técnicas de comunicação social mais adequadas e, assim, não compete ao legislador decidir qual é o meio de comunicação mais eficaz para alcançar o objetivo perseguido pela referida campanha. Por isso, a matéria objeto do projeto não deve ser disciplinada por meio de lei.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 218/2015.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

João Alberto, presidente - Isauro Calais, relator - Bonifácio Mourão - Cristiano Silveira - Luiz Humberto Carneiro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 307/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, o Projeto de Lei nº 307/2015, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 356/2011, “dispõe sobre a garantia de acompanhamento à parturiente no sistema hospitalar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências”.

Publicado no *Diário do Legislativo* de 12/3/2015, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde.

Cumpre-nos, preliminarmente, examinar a proposição nos seus aspectos de juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em exame pretende assegurar à parturiente a presença de um acompanhante durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato, resguardada a privacidade das parturientes que compartilhem o mesmo recinto. Em sua justificativa, fundamentada no fato de já existir lei federal que assegura tal direito à parturiente, o autor aponta os benefícios da medida, quais sejam, assegurar apoio emocional para a parturiente e propiciar um ambiente familiar para o neonato.

É oportuno ressaltar que proposição similar tramitou nesta Casa em três legislaturas anteriores (Projetos de Lei nºs 991/2003, 1.212/2007 e 356/2011).

Quanto à iniciativa, verificamos que não há óbice à sua tramitação, uma vez que o tema não se encontra relacionado entre aqueles previstos no art. 66 da Constituição do Estado, que estabelece as hipóteses de iniciativa privativa do governador do Estado; contudo, apesar de o art. 24, inciso XII, da Constituição Federal estabelecer a competência concorrente dos estados para legislar sobre defesa da saúde, o que vem confirmado no art. 10, inciso XV, alínea “m”, da Carta Estadual, após análise das legislações federal e estadual, verificamos que a medida que o projeto pretende implementar já encontra respaldo no ordenamento jurídico em vigor.

A Lei Estadual nº 16.279, de 20 de julho de 2006, dispõe sobre os direitos dos usuários das ações e serviços públicos de saúde do Estado. No seu art. 2º, incisos XIV e XV, respectivamente, estabeleceu como direitos do usuário: ser acompanhado nas consultas por pessoa por ele indicada e, no caso de gestante, ser acompanhada pelo pai do bebê nos exames pré-natais e no parto.

A União, no âmbito da sua competência, editou a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde e sobre a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, alterada pela Lei Federal nº 11.108, de 7 de abril de 2005, assegurando à parturiente um acompanhante, por ela indicado, durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato:



“Art. 19-J - Os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato (incluído pela Lei nº 11.108, de 2005)

§ 1º - O acompanhante de que trata o caput deste artigo será indicado pela parturiente (incluído pela Lei nº 11.108, de 2005)

§ 2º - As ações destinadas a viabilizar o pleno exercício dos direitos de que trata este artigo constarão do regulamento da lei, a ser elaborado pelo órgão competente do Poder Executivo. (incluído pela Lei nº 11.108, de 2005)

§ 3 - Ficam os hospitais de todo o País obrigados a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito estabelecido no caput deste artigo (Incluído pela Lei nº 12.895, de 2013)”.

O Ministério da Saúde, órgão responsável pela direção nacional do Sistema Único de Saúde, pela Portaria nº 2.418, de 2 de dezembro de 2005, regulamentou a Lei nº 11.108, de 2005. Além disso, considerando a necessidade de assegurar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério e da assistência neonatal, instituiu, por meio da Portaria nº 569, de 1º de junho de 2000, o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde. O art. 2º, alínea “d”, estabelece que toda gestante tem direito à assistência ao parto e ao puerpério e que esta seja realizada de forma humanizada e segura, de acordo com os princípios gerais e condições estabelecidos no Anexo II da norma. O referido Anexo II determina que, para a adequada assistência à mulher e ao recém-nascido no momento do parto, todas as unidades integrantes do SUS têm como responsabilidades, entre outras, garantir a visita do pai sem restrição de horário e assegurar condições para que as parturientes tenham direito a acompanhante durante a internação, desde que a estrutura física das unidades integrantes do SUS assim o permita.

Conclusão

Ante o exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei no 307/2015.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

João Alberto, presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - Bonifácio Mourão - Cristiano Silveira - Isauro Calais.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 488/2015

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria do deputado Fred Costa, decorrente do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.821/2013, dispõe sobre a obrigatoriedade de devolução integral e em espécie do troco ao consumidor de bens e serviços nos estabelecimentos situados no Estado e dá outras providências.

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, à Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Em cumprimento ao disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno, à proposição foram anexados o Projeto de Lei nº 762/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., e o Projeto de Lei nº 1.025/2015, do deputado Fábio Cherem, que contêm objeto semelhante ao propugnado pela proposição em estudo.

Agora, vem o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, IV, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 488/2015 prevê a obrigatoriedade, na venda de bens ou serviços no Estado, da devolução integral do troco, em espécie, ao consumidor, quando o pagamento também for feito em moeda corrente. Os Projetos de Lei 762/2015 e 1.025/2015 propõem medidas semelhantes, razão pela qual serão objeto de uma só análise.

Embora não tenha vislumbrado óbice de natureza jurídica à aprovação da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou o Substitutivo nº 1 para adequar o texto do projeto à técnica legislativa, aprimorando sua redação, respeitando seu propósito. Essa comissão salientou que a promoção da defesa do consumidor foi erigida à categoria de direito fundamental do cidadão brasileiro por força do disposto no art. 5º, XXXII, da Constituição da República. Argumentou ainda que o mesmo diploma coloca a matéria, também, como princípio da ordem econômica, estando inserida na órbita de competência da União, dos estados e do Distrito Federal a prerrogativa de legislar sobre o tema.

O Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - estabelece como direito básico do consumidor a facilitação de defesa de seus direitos bem como a educação e a divulgação do adequado consumo de produtos e serviços. Desse modo, a proposição em apreço, assim como os projetos de lei a ela anexados, pretende vir em defesa dos direitos fundamentais do consumidor, na medida em que torna obrigatória a devolução integral em espécie do troco de mercadoria paga igualmente em espécie.

No ato da compra em padarias, supermercados, farmácias ou outros estabelecimentos comerciais, o comprador frequentemente se vê obrigado a receber o troco incompleto ou ainda vê-lo substituído por mercadorias de pequeno valor, como balas. Invariavelmente a desculpa é a mesma: falta de moedas de menor valor. Não obstante, o preço das mercadorias continua sendo fixado em valores fracionados, que inviabilizam o troco e alimentam tal desculpa.

A falta de troco não é problema do consumidor, mas do empreendedor, que é o responsável pelo negócio. As entidades de defesa do consumidor entendem que a oferta de bala ou qualquer outra mercadoria, em vez de dinheiro, pode ser considerada prática abusiva. Além disso, a reiterada falta de troco pode ser considerada como forma de enriquecimento ilícito, uma vez que o estabelecimento estaria lucrando indevidamente à custa do patrimônio alheio. A situação pode ainda configurar venda casada, pois, na falta de troco, o cliente é obrigado a levar outro produto que não pretendia nem necessitaria comprar.

É sabido que preços quebrados têm efeito psicológico, ou seja, um preço como R\$2,83 afixado em um produto torna-o mais atraente que um preço redondo, como R\$3,00. Entretanto, na prática, o produto acaba custando ao consumidor os mesmos R\$3,00

devido à falta de recebimento do troco. Trata-se, pois, de prejuízo causado ao consumidor, prática frequente nos mais diversos estabelecimentos comerciais que está a exigir uma medida coibitiva.

Nesse contexto, o projeto está em perfeita consonância com o Código de Defesa do Consumidor, razão pela qual o projeto deve prosperar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 488/2015, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça,

Sala das Comissões, 14 de maio de 2015.

Elismar Prado, presidente e relator - Douglas Melo - Noraldino Júnior - Sargento Rodrigues.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 542/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, o Projeto de Lei nº 542/2015, decorrente do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.200/2012, “dispõe sobre programa que institui forma de pintar preferencialmente monumentos, bens e patrimônios públicos com tinta antipichação”.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 20/3/2015, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Cultura e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188 do Regimento Interno.

Cabe a esta comissão, em exame preliminar, apreciar os aspectos jurídico, constitucional e legal da matéria, conforme dispõe o art. 102, III, “a”, do citado Regimento.

Fundamentação

O projeto de lei em estudo, em seu art. 1º, estabelece que o Estado desenvolverá programa que visa instituir forma preferencial de pintar monumentos, bens e patrimônios públicos com tinta antipichação, cabendo-lhe, nos termos do art. 3º, “implantar meios e técnicas que possibilitem ao município viabilizar a pintura desses monumentos nas cidades de Minas Gerais, por serem regiões profundamente afetadas pela poluição visual, em razão da pichação nos patrimônios públicos”.

Primeiramente, informamos que o Projeto de Lei nº 3.200/2012, que deu origem à proposição em tela, não foi analisado por esta Comissão. Passamos, então, à análise do projeto.

Tem sido frequente a apresentação de projetos de lei de iniciativa parlamentar dispendo sobre a criação de programas e campanhas educativas ou, simplesmente, autorizando o Executivo a instituir ações dessa natureza, assunto importante sob a ótica do interesse público, porém delicado se apreciado sob a ótica do ordenamento constitucional.

Isso porque a instituição de programas ou campanhas tem natureza eminentemente administrativa, razão pela qual a matéria se enquadra no campo de atribuições do Poder Executivo, ao qual compete prestar serviços públicos ou de utilidade pública, observadas as diretrizes constitucionais e as normas aprovadas pelo Legislativo. Assim, a criação de determinada campanha ou programa pode ser efetivada mediante decreto do governador do Estado ou por meio de resolução de secretário de Estado, conforme o caso. Não há, pois, necessidade de lei formal para a sua implementação, por se tratar de matéria afeta às ações do Executivo.

O governador, na qualidade de chefe da administração pública, dispõe de discricionariedade (relativa liberdade de ação dentro de critérios legais) para praticar os atos de sua competência, sendo, portanto, senhor da oportunidade e conveniência de editar programas ou campanhas educativas. Não é difícil verificar que o programa previsto no projeto tem natureza executiva, e não legislativa, fato que evidencia relativa ingerência do Parlamento em assuntos relacionados a outro Poder, o que não se coaduna com o tradicional postulado da separação dos Poderes, traço marcante do Estado de Direito.

Uma coisa é o Legislativo fixar regras gerais e abstratas que nortearão as atividades do Executivo, o que é comum no exercício da função normativa a cargo do órgão de representação popular; outra coisa é erigir no plano legislativo matérias que, por sua natureza, enquadram-se no campo de atribuições do Executivo, pois isso não mudaria a essência da atividade. O que se pretende deixar claro é que a criação de programa não deve ser objeto de ato do Parlamento, mas de ações concretas do Executivo. Admitir posicionamento contrário é ignorar os parâmetros básicos do ordenamento constitucional em vigor e inverter o papel predominante do Legislativo, que passaria de órgão criador do direito positivo (função abstrata) a órgão executor. Tampouco seria compatível com o princípio da razoabilidade a utilização do procedimento legislativo para cuidar de assuntos que devem ser objeto de procedimento ou ato administrativo. Se decretos e regulamentos são instrumentos hábeis à disposição do governador do Estado para criar programas ou campanhas, dentro da esfera de suas atribuições, por que razão optar pela via legislativa no âmbito do Parlamento?

Vê-se, pois, que a proposição contém vícios insanáveis, razão pela qual não deve prosperar nesta Casa Legislativa.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 542/2015.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

João Alberto, presidente e relator - Bonifácio Mourão - Cristiano Silveira - Isauro Calais - Luiz Humberto Carneiro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 636/2015

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.651/2013, dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de bacias sanitárias em espaços públicos e dá outras providências.



Publicada no *Diário do Legislativo* de 26/3/2015, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a esta comissão analisar, preliminarmente, a proposição ora apresentada quanto aos seus aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise obriga o Estado a implantar nos seus espaços públicos bacias sanitárias com acessibilidades às pessoas com deficiência e idosos, vedada a utilização de sanitários hospitalares com abertura frontal. A proposição estabelece ainda as características necessárias dessas bacias sanitárias.

O objeto deste projeto é extremamente relevante por tratar da integração social das pessoas com deficiência. Nos termos do inciso XIV do art. 24 da Constituição da República, legislar sobre essa integração compete a todos os entes federativos. A matéria é, pois, de competência concorrente, e o Estado pode legislar sobre ela. No que concerne à iniciativa para deflagrar o processo legislativo, nada há que impeça esta Casa Legislativa de fazê-lo, porquanto inexistente norma constitucional instituidora de reserva de iniciativa em relação à matéria objeto da proposição.

De acordo com os argumentos apresentados, não vislumbramos óbices de natureza jurídico-constitucional à tramitação da matéria nesta Casa. Todavia, julgamos necessário proceder a algumas alterações no projeto em análise. Os arts. 2º e 3º do projeto, ao especificarem características técnicas das bacias sanitárias, descem a detalhes que escapam da competência do Poder Legislativo, cujas normas devem obedecer ao princípio da generalidade.

No entanto, o projeto inova o ordenamento jurídico ao garantir às pessoas com deficiência e idosos a disponibilização de bacias sanitárias de fácil utilização por eles. Assim, para aprimorar a proposição em análise, apresentamos no final deste parecer o Substitutivo nº 1, acrescentando o § 6º ao art. 3º da Lei nº 11.666, de 9/12/1994, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual, para determinar que as instalações sanitárias disponham de bacias sanitárias com acessibilidade para às pessoas com deficiência e idosos.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 636/2015 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Acrescenta § 6º ao art. 3º da Lei nº 11.666, de 9/12/1994, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público, de acordo com o estabelecido no art. 227 da Constituição Federal e no art. 224, § 1º, I, da Constituição Estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica acrescentado ao art. 3º da Lei nº 11.666, de 9 de dezembro de 1994, o seguinte § 6º:

“Art. 3º - (...)

§ 6º - A construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público ou de uso coletivo devem dispor de bacias sanitárias acessíveis destinadas ao uso por pessoa portadora de deficiência e idosos, obedecendo às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

João Alberto, presidente - Bonifácio Mourão, relator - Cristiano Silveira - Isauro Calais - Luiz Humberto Carneiro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 651/2015

Comissão de Constituição e Justiça Relatório

De autoria do deputado Fred Costa, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.683/2012, dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de projetos de arborização urbana em novos loteamentos ou parcelamentos e dá outras providências.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 26/3/2015, a proposição foi distribuída a esta comissão para receber parecer quanto a sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 188, combinado com o art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

Nos termos do art. 1º do projeto, a aprovação de novos parcelamentos de solos públicos ou privados no Estado fica condicionada à apresentação de projetos de arborização urbana. Entre outros aspectos, a proposição determina que a aprovação do projeto de arborização urbana ficará a cargo da estrutura de meio ambiente municipal (art. 3º), que a estrutura de meio ambiente enviará o projeto aprovado ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (art. 4º) e que compete à estrutura municipal de meio ambiente aprovar, acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do disposto no projeto de arborização urbana (art. 5º).

No que concerne aos aspectos constitucionais, os quais compete a esta comissão analisar, vislumbramos vícios de natureza jurídico-constitucional. Observe-se, já de início, que a proposta interfere em área de atuação tipicamente municipal, tanto é que cria atribuições para órgãos municipais.

Pode-se afirmar que a autonomia municipal se assenta em quatro capacidades. A primeira, capacidade de auto-organização, permite ao município editar sua Lei Orgânica. A segunda, capacidade de autogoverno, consubstancia-se na eletividade de prefeitos e vereadores à Câmara Municipal. Pela terceira, capacidade de autoadministração, pode o município manter e prestar serviços públicos



de interesse local. A quarta - a que mais nos interessa - é a capacidade de autolegislação ou capacidade normativa própria, que confere aos municípios competência para elaborar leis municipais sobre áreas que são reservadas à sua competência exclusiva.

Assim, não obstante sua relevância em face do evidente intuito de proteger o meio ambiente e promover o bem-estar das pessoas, a proposição não poderá prosperar nesta Casa, pois pretende regular matéria afeta, segundo o art. 30, VIII, da Constituição da República, à competência legislativa outorgada exclusivamente aos municípios. Trata-se, portanto, de matéria a ser regulada na lei de zoneamento, uso e ocupação do solo. Ademais, a disciplina da matéria pelo Estado geraria conflitos com eventual legislação municipal sobre o assunto, o que, evidentemente, causaria insegurança jurídica.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela inconstitucionalidade, ilegalidade e antijuridicidade do Projeto de Lei nº 651/2015. Sala das Comissões, 12 de maio de 2015.

João Alberto, presidente - Isauro Calais, relator - Bonifácio Mourão - Cristiano Silveira - Luiz Humberto Carneiro.



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O 1º-secretário despachou, em 14/5/2015, a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Da Sra. Suellen Dutra Pereira, coordenadora do Núcleo de Acompanhamento da Tramitação Legislativa da Secretaria de Casa Civil, encaminhando documento referente ao Projeto de Lei nº 1.266/2015. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.266/2015.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14ª Batalhão de Polícia Militar e no 58º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 30/3/2015, em Timóteo, que resultou na apreensão de armas, quantia em dinheiro e objetos de valor e na prisão de duas pessoas (Requerimento nº 421/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 3ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 2/4/2015, em Lagoa Santa, que resultou na apreensão de documentos falsos, demonstrativos de pagamento, selos de cartórios, carimbos, cartões, talões de cheques e um veículo com placa clonada e na prisão de dois homens (Requerimento nº 422/2015, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais civis que menciona, lotados na 1ª Delegacia de Polícia Civil de Venda Nova, pela atuação na ocorrência, em 30/3/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um veículo, armas de fogo, drogas e munição e na prisão de seis pessoas (Requerimento nº 423/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 2ª Companhia de Missões Especiais e no Gate, pela atuação na ocorrência, em 5/4/2015, em Sarzedo, que resultou na apreensão de rádio, armas de fogo e drogas e na prisão de 18 homens (Requerimento nº 424/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos Srs. Luiz Carlos Danunzio, diretor-geral do Complexo Penitenciário Nelson Hungria, e Samuel Marcelino de Oliveira Júnior, chefe de gabinete da Subsecretaria de Administração Prisional, pelo exemplar auxílio no combate à crise nas prisões no Estado do Rio Grande do Norte (Requerimento nº 425/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com a comunidade de Carneirinho pelo aniversário desse município (Requerimento nº 426/2015, do deputado Tony Carlos);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia de Missões Especiais e no 4º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 30/3/2015, em Uberaba, que resultou na apreensão de 5kg de maconha e 2kg de ácido bórico e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 432/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/4/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, uma arma de fogo e munição e na prisão de uma pessoa (Requerimento nº 441/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 54º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/4/2015, em Gurinhata, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição e uma mira do tipo luneta e na prisão de três homens (Requerimento nº 442/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 35º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 2/4/2015, em Santa Luzia, que resultou na apreensão de arma de fogo, drogas e quantia em dinheiro e na prisão de duas pessoas (Requerimento nº 443/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 9º Batalhão da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 2/4/2015, em Barbacena, que resultou na apreensão de 92 mil maços de cigarro do Paraguai e uma arma de fogo e na prisão de um homem (Requerimento nº 444/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Sr. Márcio Lacerda, por assumir a Presidência da Frente Nacional de Prefeitos para o biênio 2015-2016 (Requerimento nº 455/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/4/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas de fogo, armas brancas e drogas e na prisão de duas pessoas (Requerimento nº 469/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar e no 4º BPM, pela atuação na ocorrência, em 4/4/2015, em Uberaba, que resultou na prisão de dois homens (Requerimento nº 486/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 61º Batalhão de Polícia Militar e na Companhia Independente de Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/4/2015, em Sabará, que resultou na apreensão de drogas, veículos, armas de fogo e um *notebook* e na prisão de sete pessoas (Requerimento nº 496/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 17º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/4/2015, em Uberlândia, que resultou na apreensão de armas de fogo, munição, dois *jetloaders*, uma luneta, uma faca e uma granada de gás lacrimogêneo e na prisão de um homem (Requerimento nº 497/2015, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/4/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas de fogo e munição e na prisão de duas pessoas (Requerimento nº 498/2015, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 1ª Cia. Rotam, pela atuação na ocorrência, em 12/4/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de dois menores, quantia em dinheiro, drogas, objetos de valor, arma de fogo e munição (Requerimento nº 499/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 1ª Cia. Rotam, pela atuação na ocorrência, em 11/4/2015, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um menor, drogas, quantia em dinheiro, objetos de valor, armas de fogo e munição e na prisão de dois homens (Requerimento nº 500/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 131ª Cia., 203ª Cia., Cia. PM Ind. P. Cães, 202ª Cia., 25ª Cia. TM e 133ª Cia., pela atuação na ocorrência, em 9/4/2015, que resultou na apreensão de um menor e na prisão de um homem (Requerimento nº 501/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 192ª Cia., 62ª Cia. e 27ª Cia., pela atuação na ocorrência, em 8/4/2015, em Sete Lagoas, que resultou na apreensão de veículo e drogas (Requerimento nº 502/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sr. Jefferson Gonçalves Mendes, prefeito municipal de Santa Rita do Sapucaí, pela excelência na gestão dos recursos públicos do município, objeto de reportagem no "Fantástico" em 12/4/2015 (Requerimento nº 506/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 1ª Cia. Rotam, 3ª Cia. Rotam e Cia. PM Ind. P. Cães, pela atuação na ocorrência, em 14/4/2015, em Contagem, que resultou na apreensão de armas de fogo, armas brancas, munição, veículo, documentos, objetos de valor e na prisão de um homem (Requerimento nº 512/2015, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o cônego Edson José Oriolo dos Santos por sua nomeação como bispo titular da "Segia" e auxiliar de Belo Horizonte (Requerimento nº 518/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Sr. Francisco Santiago, promotor de justiça, e à equipe de policiais civis que atuou no caso do Bando da Degola, que culminou no julgamento e na condenação dos acusados (Requerimento nº 609/2015, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais civis lotados na 3ª Delegacia de Polícia Civil de Passos pela participação na investigação feita pela Agência de Inteligência Policial, em parceria com o Departamento Estadual de Investigação Criminal do Estado de São Paulo, que acarretou a prisão de membros da quadrilha que atuava em vários municípios da região, comandando explosões de caixas eletrônicas e assaltos a mão armada, e pela apreensão de grande quantidade de explosivos e armas (Requerimento nº 612/2015, da Comissão de Segurança Pública);

de repúdio à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e à Secretaria de Saúde em razão do não comparecimento de seus representantes, previamente convidados, a audiência pública da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, em 23/4/2015 (Requerimento nº 615/2015, da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas);

de congratulações com a comunidade de Poço Fundo pelo aniversário desse município (Requerimento nº 627/2015, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com a comunidade de Senador Amaral pelo aniversário desse município (Requerimento nº 628/2015, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com a comunidade de Jacutinga pelo aniversário desse município (Requerimento nº 629/2015, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com a comunidade de Cristina pelo aniversário desse município (Requerimento nº 630/2015, da Comissão de Assuntos Municipais);

de congratulações com a comunidade de Cambuquira pelo aniversário desse município (Requerimento nº 631/2015, da Comissão de Assuntos Municipais);

de repúdio ao MTST em razão da invasão, no dia 14/4/2015, da fazenda da Epamig em Patos de Minas (Requerimento nº 653/2015, da Comissão de Política Agropecuária).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 7/5/2015

O deputado Leandro Genaro* - Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, os que nos acompanham pelas galerias e pela TV Assembleia, quero fazer uso da palavra, nesta tarde, para comentar uma reportagem do último dia 24, que diz: (- Lê:)

“Escolas de BH adotam banheiros unissex para crianças e deixam pais revoltados. O cumprimento de uma lei federal de junho de 2014” - na verdade é uma resolução - “conhecida como ideologia de gêneros, deixa pais de alunos de escolas municipais de Belo Horizonte revoltados e preocupados. Os pais e responsáveis consideram que a situação causa constrangimento e interfere na maneira de cada família orientar e educar os filhos.”

Na verdade, o pai percebeu que seu filho, um garoto de cinco anos, estava todo urinado quando chegou da Umei da região da Pampulha. Como não era hábito o filho urinar na roupa, o pai perguntou o que havia acontecido. Ele respondeu que o diretor da Umei tirou da porta dos banheiros a plaquinha de masculino e de feminino e orientou os professores a levar as crianças, meninas e meninos, juntos ao banheiro para fazer suas necessidades. Aquele garoto de cinco anos de idade, quando se viu tendo de fazer sua necessidade na frente de meninas, ficou muito constrangido e urinou na roupa. Ideologia de gênero é uma desgraça que está sendo colocada ou estão tentando colocar nos planos municipais e estaduais de educação, uma vez que não conseguiram inseri-la em Brasília.

Deputada Cristina Corrêa, precisamos denunciar e lembrar a todos que ideologia de gênero é de fundo marxista, ateuista, que diz que não existe sexo masculino nem feminino, no sentido jurídico.

Segundo essa ideologia, o que existe é gênero, e gênero pode ser qualquer coisa. Enquanto sexo é masculino ou feminino, gênero é uma infinidade de possibilidades, a pessoa pode ser o que ela quiser.

Em países como a Suécia, por exemplo, uma foto mostra uma escola com todas as crianças vestidas de laranja, porque colocar roupa azul no menino ou rosa na menina é uma forma de impor uma identidade sexual masculina ou feminina. Nas escolas da Suécia, as crianças só podem ser chamadas de crianças, e não de menino nem menina, porque isso seria uma tentativa de impor à criança uma opção sexual. Que absurdo!

Que absurdo vemos isso chegar ao nosso país, o MEC já ter enviado às escolas cartilha de orientação aos professores! Na região metropolitana, as escolas todas já receberam cartilhas para que os professores comecem a, sutilmente, falar sobre a ideologia de gênero.

O que os homossexuais não percebem - porque eles são aqueles que fazem apologia à ideologia de gênero - é que a ideologia de gênero, deputado Gustavo Valadares, é um tiro no pé deles mesmos. Só existe homossexual porque existe homem; se não existe mais homem nem mulher, também não existe homossexual. Ideologia de gênero é um lixo, uma praga que vem do marxismo, passa pelo feminismo, e visa destruir a família tal qual nós a conhecemos. Gostaria de ler a fala de uma feminista que defende a ideologia de gênero, chamada Shulamith Firestone: “O tabu do incesto hoje é necessário somente para preservar a família; então, se nós nos desfizermos da família, iremos de fato desfazer-nos das repressões que moldam a sexualidade em formas específicas”.

A ideologia de gênero já está no Brasil. Hoje existe um fenômeno chamado *goy*, que é o homem que se relaciona com outro homem, mas não se considera homossexual. Ou seja, é um gênero novo. Ele anda de mãos dadas, beija na boca, vai para o cinema abraçado com outro homem, mas diz que não é homossexual porque também se relaciona com mulher se quiser. Eles trocam letra “a” da palavra “gay” pela letra “o”, formando a palavra “goy”. Isso é ideologia de gênero, que já é uma realidade que está aí.

Sei que meus colegas querem me apartear, mas preciso comentar mais uma notícia quente de ontem: alunos de 10 anos na cidade de Santa Luzia, nobre deputada Cristina Corrêa, recebem poema erótico como atividade escolar. A escola alegou que a professora faltou e, para improvisar, a vice-diretora imprimiu um poema erótico, deputado Léo Portela, e deu às crianças. Quando uma delas chegou em casa, a mãe viu e perguntou onde encontrou aquilo, e a criança disse que foi na escola. Querem erotizar as nossas crianças. Querem erotizar as nossas crianças.

Sabem por que a ideologia de gênero é uma coisa tão terrível? Como não sou homem, não sou mulher, não sou nada, sou o que quiser, então também posso ter desejo sexual por criança.

Posso ter desejo sexual por meu filho, minha filha, minha mãe ou qualquer pessoa da minha família. Assim, a pedofilia e o incesto são normais, a sociedade perde os limites, e a família é destruída.

Mas sei que nesta e nas diversas casas parlamentares do nosso estado por onde passar o Plano Estadual de Educação ou os planos municipais de educação, não vamos deixar que introduzam neles a ideologia de gênero. O Brasil é um país cristão. Tudo bem que nossa nação é laica, mas o Brasil é cristão; a grande maioria é de confissão cristã, seja católica, seja evangélica, e defende a família. A família - ou seja o homem, a mulher e sua prole - é a base da história da sociedade. Deus criou o homem e a mulher - homem e mulher, repito -, e não vamos nos calar.

O deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, deputado Leandro Genaro. Parabenizo V. Exa. por abordar esse tema tão caro e importante. Eles gostam de dizer, deputado Leandro Genaro, que o Estado é laico, mas têm de entender que no Estado as pessoas têm sua crença, sua religião. Gostam de dizer também que a civilização aí construída é cristã, mas, na verdade, ela é muito mais do que isso: é uma civilização construída com o entendimento dos pioneiros que fortaleceram as famílias, independentemente do credo. Assim, o que se tenta agora é desconstruir uma civilização e trocá-la por outra, o que não podemos permitir.

Lembro-me de que há algum tempo queriam retirar das repartições públicas os símbolos religiosos e as bíblias alegando que o Estado é laico, mas não conseguem perceber que, apesar de o Estado ser laico, as pessoas têm sua crença, e o direito à crença, ao culto, à fé, está preservado no art. 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e no art. 5º da Constituição brasileira. É nosso direito, é meu direito ter minha fé. Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é meu direito falar da minha fé e



converter pessoas a ela. A Declaração Universal dos Direitos Humanos nasceu depois da morte de 6 milhões de judeus, e agora o laicismo, que é o Estado poderoso, pretende impor essa situação ao deputado Leandro Genaro e à sua família. O deputado Leandro Genaro paga impostos, mas, na escola, seus filhos têm de ser submetidos a essa ideia perversa que vai acabar com as nossas crianças e a nossa civilização: a ideia de que a criança não é nada - nem homem nem mulher. Que confusão! Como fazem isso com uma criança!? É isso o que querem!?

Reitero os parabéns a V. Exa. dizendo que estamos juntos nessa causa. A deputada Celise Laviola me disse há pouco que vai propor uma frente parlamentar em defesa da família. Em defesa de meu avô; e de seu pai, o líder deputado Antônio Genaro, que por sete mandatos anos serviu ao povo de Minas Gerais. Ora, querem tirar isso de nós. Quero lembrar meu avô, minha avó, meus tios - eram tios, não tias. Vejam a confusão que eles querem nos trazer. Parabéns. Estamos com V. Exa.

O deputado Leandro Genaro* - Agradeço ao deputado João Leite e concedo aparte ao nobre deputado Léo Portela.

O deputado Léo Portela (em aparte) - Agradeço ao deputado Leandro Genaro e o parabênico por, no mandato brilhante que tem feito, abordar esse tema de forma tão contundente e corajosa.

A situação é preocupante: o Brasil ocupa hoje a desonrosa e infame posição de 2º país mais pedófilo do mundo. Vejam que, mesmo ocupando essa terrível colocação, ainda querem confundir a cabeça das nossas crianças facilitando a sua abordagem por homens e mulheres mal-intencionados que tentam contra elas e contra nossas famílias. E ainda levantam o argumento de que o estado não pode se meter nisso porque é laico.

Ora, confundem, com esse sofisma, estado laico e estado laicista. Deputado Leandro Genaro, é bem verdade que o Brasil é um estado laico, mas não laicista e avesso à religião. Aliás, o estado brasileiro reconhece a existência de Deus no preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil. Então, é importante dizer que o Brasil e as famílias brasileiras não aceitam essa atrocidade que é a ideologia de gênero. Já foi rejeitada em âmbito federal. Nós, no âmbito estadual, não permitiremos, de maneira alguma, que essa atrocidade seja inserida no Plano Estadual de Educação porque não faz parte, é importante dizer, da visão e da formação do governador Fernando Pimentel, homem de caráter cristão e filho de pastor, que, de forma nenhuma, compactua com essa atrocidade que destrói a família mineira e a família brasileira. Parabéns, deputado Leandro Genaro! Estamos juntos nesta luta.

O deputado Leandro Genaro* - Obrigado, nobre deputado Léo Portela.

Nobre deputado Noraldino Júnior, meu tempo está acabando, mas lhe concedo um aparte com prazer.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* - Na realidade, deputado Leandro Genaro, só quero hipotecar todo o meu apoio ao discurso de V. Exa. e a todos os que o apartearam. Manifesto meu incondicional apoio a todas as palavras de V. Exa. Muito obrigado.

O deputado Leandro Genaro* - Finalizando, quero repetir as palavras do sociólogo francês George Gilder, que não é cristão e pesquisou mais de 2 mil culturas no mundo, entre as quais apenas 55 unissexuais, ou seja, não havia papel de homem nem de mulher. Essas culturas se destruíram rapidamente. Ele, então, conclui dizendo: "Nenhuma sociedade é mais forte do que os laços de suas famílias. As fortalezas de suas famílias dependem das relações heterossexuais". Repito o que eu já disse: Toda a história da raça humana está sustentada numa relação entre homem, mulher e sua prole. A Rede Globo começou mostrando dois garotos se beijando, depois duas garotas e agora duas senhoras, e temos que ficar vendo isso e aceitar que o amor não tem barreiras. O amor é bíblico e de Deus, que criou homem, mulher e a família. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, para ser muito franco, não estava esperando ser chamado para fazer este pronunciamento na tarde de hoje, porque, se não me engano, eu me encontrava na 10ª ou 12ª posição quando iniciamos a reunião, mas, como os outros oradores abriram mão de seu tempo, fui agraciado com esta oportunidade de subir a esta tribuna mais uma vez.

Deputado Duarte Bechir, deputado João Leite, deputado Antônio Jorge, deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputados estes que compõem conosco o Bloco Verdade e Coerência, bloco de oposição nesta Casa, mais uma vez venho aqui para levantar alguns questionamentos referentes ao discurso utilizado. Cumprimento ainda o ex-deputado Ronaldo Magalhães, presente em nossas galerias.

Hoje venho para novamente lamentar e contrapor o discurso adotado pelo governo do PT nesses primeiros quatro meses à frente do nosso estado. Lamentáveis quase 120 dias de governo, se não um pouco mais, se não um pouco menos, para a população de Minas. Lá se foram praticamente 10% de um mandato sem que uma agulha fosse investida em qualquer um dos 853 municípios do Estado. O que temos até hoje é muito chororô, é muito mi-mi-mi e absolutamente nada para transformar para melhor a vida dos mineiros, diferentemente do que aconteceu ao longo dos últimos 12 anos.

Esse governo do PT que se diz quebrado, que diz que assumiu um Estado quebrado, publicou no dia 1º de maio, sexta-feira passada, feriado, uma propaganda do tamanho de uma página inteira, por sinal bonita. Interessante que este governo é do PT, mas não conseguimos achar nada em vermelho, a não ser um pequeno triângulo, quase imperceptível numa propaganda de uma página, que diz o seguinte, deputado João Leite...

O deputado João Leite (em aparte)* - Só a bandeira da energia que é vermelha, que está descascando os mineiros.

O deputado Gustavo Valadares* - (- Lê:) "No Dia do Trabalho, um compromisso com todos os mineiros. Neste 1º de maio o governo de Minas Gerais reafirma o seu compromisso de construir e manter uma relação transparente" - vejam só, senhoras e senhores: - transparente, participativa e responsável com todos os trabalhadores mineiros. O governo do Estado está arrumando a casa para vencer o déficit de R\$7.000.000.000,00 e reativar as mais de 500 obras paradas desde 2014. É assim que faremos uma Minas Gerais mais integrada e justa. E esse trabalho já começou. Minas Gerais, governo de todos". Essa é a propaganda que estava estampada nos jornais do último dia 1º, sexta-feira passada, pelo governo que se diz endividado.

Senhoras e senhores que estão nas galerias e em casa podem me ajudar: quanto custa uma propaganda desta em um jornal de tamanha importância como *O Tempo*? É pouco dinheiro, deputado João Leite?

O deputado João Leite (em aparte)* - Não. É muito dinheiro.



O deputado Gustavo Valadares* - Se estivesse apertado como diz, em vez de gastar com comunicação deveria estar gastando para melhorar a vida dos mineiros. Mas não é isso que faz o governo do PT. Faz propaganda.

Vou começar a questionar essa propaganda de trás para frente, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Eles terminam dizendo o seguinte: “E esse trabalho já começou”. Ora, que trabalho começou? Depende do que querem dizer com trabalho. Se é para aumentar o número de cargos para abrigar a companheirada na reforma administrativa que aprovaram aqui com o nosso voto contrário, com a nossa posição contrária, aí, sim, o trabalho já começou. Elevaram de 17 para 21 as secretarias, além de inúmeras subsecretarias, assessorias - jurídica, comunicação - e por aí afora, inchando a máquina pública, deputado Felipe Attiê. Se foi esse tipo de trabalho, ele realmente já começou. Se foi o trabalho de trazer em assembleias para discussão e depois para aprovação, de forma atabalhoada e atrasada, uma peça de lei orçamentária que deveria ter sido aprovada no ano passado, mas não, foi porque o PT e o PMDB não quiseram aqui nesta Casa.

Se foi para trazer uma nova proposta de lei orçamentária, para usar aqui, no discurso, que há um déficit de R\$7.000.000.000,00 - uma grande mentira, todos nós sabemos -, aí o trabalho já começou. Mas quero saber no que se refere à segurança do cidadão, deputado João Leite.

O deputado João Leite (em aparte)* - Caos total.

O deputado Gustavo Valadares* - O trabalho começou? Não começou.

O deputado João Leite (em aparte)* - Não começou, deputado, porque hoje inclusive não há onde colocar presos. São mais de quatro meses de governo, e não foi aberta nenhuma vaga. Tínhamos um plano do aproveitamento da penitenciária feminina, já que há fuga zero nas penitenciárias femininas. Internas seriam deslocadas para outros prédios, e as penitenciárias femininas seriam ocupadas por presos masculinos.

Está tudo aqui: “V Congresso Nacional do PT: um partido para tempos de guerra”. O PT está em guerra. A leitura é muito interessante, porque eles querem mudar tudo. Está escrito na pág. 3, sobre as tarefas deles, que uma delas é libertar o governo do PT da chantagem peemedebista. Está aqui no documento do PT. Na pág. 29, o item 146 diz o seguinte: “Neste contexto, ressaltamos a importância do governo de Minas Gerais na desconstrução do modo tucano de governar”.

Então é isso, deputado Gustavo Valadares. Eles não governarão, ficarão olhando para trás. Só que não dará certo. Governar Minas é muito difícil.

Mas há outras obras. Hoje acompanhei a audiência da Comissão de Assuntos Municipais e falei de algumas obras já do início do governo. O governo do PT acabou com o Ballet Jovem, de onde saíram bailarinos até para o Bolshoi. Foram oito anos de Ballet Jovem, e acabaram com ele. O museu do Palácio da Liberdade. Se alguém vier a Belo Horizonte, deputado Gustavo Valadares, não pode mais visitar o Palácio da Liberdade. Fecharam o Palácio da Liberdade.

O deputado Gustavo Valadares* - Ele agora é de um homem só, deputado João Leite.

O deputado João Leite (em aparte)* - De um homem só. O Pimentel, do PT, quis o orçamento para chamar de só dele; e agora ele tem um palácio dele. Por fim, pasmem, população de Minas Gerais, 30 anos de concerto na praça, e acabou. Depois de 30 anos em que a Filarmônica ia para o parque, levávamos os filhos para ouvi-la, o PT acabou com o concerto. É isso que eles estão fazendo com qualquer coisa que falem que é do governo passado. Está aqui o documento do PT: em tempo de guerra. Guerra contra quem? Guerra contra quem dentro do nosso país? É para desconstruir, acabar com a ideia do governo tucano em Minas Gerais. Avisem para eles que há esse concerto há 30 anos, e a Filarmônica de Minas Gerais não irá mais para a praça. O Ballet Jovem fez oito anos, é a oportunidade para os jovens bailarinos, e acabaram com ele. Ninguém aguenta isso.

O deputado Gustavo Valadares* - Deputado João Leite, primeiro eu queria lhe agradecer por trazer novos dados que melhoram ainda mais o nível deste pronunciamento, deputado Duarte Bechir. Mas estou aqui também para dizer que nós, do bloco de oposição, entraremos com dois requerimentos na tarde de hoje, nesta Casa. O primeiro deles é para que o atual governo, do PT, assim como disse na propaganda publicada no dia 1º de maio, liste quais são as 500 obras que estão paralisadas no Estado. Que eles apontem a origem dos recursos, deputado Duarte Bechir. É muito importante saber qual é a razão de essas obras estarem paralisadas; se é por que o governo do Estado fechou a torneira e não quer fazer mais; se é por causa do repasse federal. Precisamos saber qual a origem dos recursos que financiam essas obras, o porquê da paralisação das obras e de onde vem o dinheiro para financiá-las.

Queremos as ordens de paralisação, porque, assim como o Estado tem de publicar o início de obra, formalizar o seu início, tem também de publicar a sua paralisação. Então queremos as cópias das ordens de paralisação dessas 500 obras. Estaremos, Sr. Presidente, entrando com esse requerimento na tarde de hoje, esperando que a Casa tenha celeridade, a fim de que ele chegue, de forma rápida, ao Sr. governador para que ele possa respondê-lo.

Logo concederei aparte a V. Exa., deputado Duarte.

O segundo requerimento é para dizer que fazem aqui propaganda enganosa, o que estão acostumados a fazer, mas isso não passará em branco. O deputado Felipe Attiê é doutor em orçamento, conhecedor, estudioso. É um estudioso, mestre. É. É um estudioso. Diz aqui na propaganda, deputado Felipe Attiê, que o governo está arrumando a casa para vencer o déficit de R\$7.000.000.000,00. Como é que se vence um déficit de uma lei orçamentária que é nada mais, nada menos do que uma previsão.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* - Primeiro deu que a despesa caiu R\$500.000.000,00 em relação ao ano passado, e a receita, R\$400.000.000,00. Então deu um superávit de R\$100.000.000,00.

O deputado Gustavo Valadares* - Como se fala em déficit de forma pública, numa propaganda, de uma peça ou de uma lei que trata de uma previsão orçamentária? Até que encerremos o exercício de 2015, que acontecerá, isso tenho certeza, a não ser que o PT queira mudar isso também, em 31/12/2015, às 23h59min, não há como se falar na propaganda em rombo de R\$7.000.000.000,00 no orçamento.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* - Isso é um número fictício.

O deputado Gustavo Valadares* - Assim como tudo que eles têm feito, deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* - Deu superávit de R\$100.000.000,00, porque a receita caiu R\$400.000.000,00, janeiro e fevereiro, em relação ao ano passado. Ela caiu R\$400.000.000,00, mas o governador cortou a despesa em R\$500.000.000,00 em relação ao ano passado.

O deputado Gustavo Valadares* - Então já temos um superávit.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)* - De R\$100.000.000,00 no primeiro bimestre - janeiro e fevereiro. Agora vamos esperar a de 20 de maio, referente a março e abril, para saber da realidade.

O deputado Gustavo Valadares* - O deputado João Leite está me lembrando: fora os 40%. As galerias agora se encheram. Novos visitantes chegaram às galerias. Sejam todos bem-vindos. Estamos falando do governo PT. Já se passaram 10% dos quatro anos do mandato do senhor governador Fernando, do PT, e nem uma agulha foi destinada a qualquer um dos 853 municípios. Muito chororô, muito mi-mi-mi, e nada de investimento, absolutamente nada. É sobre isso que estamos falando. As senhoras terão oportunidade de me acompanhar por mais 50 segundos, é o que me resta. O deputado João Leite está me lembrando, são tantos os problemas.

As senhoras e os senhores que estão visitando hoje a Assembleia Legislativa, tenho certeza de que, se não fizeram ainda, gostariam de visitar o Palácio da Liberdade. É ou não é verdade? De conhecer aquilo que foi sede do governo deste estado, que tem muita história, mas não poderão fazê-lo. Sabem por quê? Porque agora esse palácio é de um homem só, do senhor governador Fernando, do PT, e de ninguém mais. Por vontade dele, por uma decisão exclusiva do senhor governador, o palácio não receberá mais visita de nenhum cidadão mineiro, a não ser dos companheiros, da companheirada que caminha ao lado do senhor governador do PT e que hoje faz parte com ele desse governo inchado, desse novo governo.

Estou terminando, Sr. Presidente. Mas é por esta razão: porque agora aquele palácio é palácio de um homem só. As senhoras e os senhores não poderão visitar o Palácio da Liberdade, a não ser da Praça da Liberdade, olhando pela grade, por onde se tem uma visão até interessante, um jardim muito bonito na frente do palácio, mas nada mais do que isso, porque agora esse palácio é de um homem só.

Voltarei em breve, Sr. Presidente, estou inscrito para discutir o veto. Vejam, senhoras e senhores, quanta incoerência. O senhor governador propôs uma reforma administrativa, em que houve a criação da Secretaria de Recursos Humanos. Ele propôs, mandou à Casa.

Com o nosso voto contrário, mais com o apoio da grande maioria do governo, eles conseguiram aprovação. Sabem o que o governador fez na hora de sancionar? Vetou. Aquilo que ele mesmo tinha proposto ele resolveu vetar.

Voltarei à tribuna no momento da discussão do veto para discorrer especificamente sobre caso de mais uma das milhares de incoerências de quatro meses de governo do Sr. Fernando Pimentel e do seu partido, o PT, à frente de Minas Gerais. É de lamentar. Um abraço. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A deputada Cristina Corrêa* - Boa tarde a todos e a todas. Primeiro, gostaria de reafirmar que, todas as vezes em que subi a esta tribuna, fiz questão de deixar muito clara a minha profissão: professora. Fui servidora da Rede Estadual de Educação durante nove anos.

Atualmente como deputada, para mim é uma alegria muito grande ver os avanços que a educação conseguiu no governo Pimentel. É uma conquista da minha categoria. Como servidora durante nove anos, fui tratada com desrespeito e descaso pelo governo do PSDB. Os professores não tinham nem vez nem voz e eram massacrados. A merenda escolar era direito só de aluno. O professor não podia compartilhar a merenda com seus alunos. O professor era tratado com total desrespeito.

Hoje, as negociações avançaram muito. O governo Pimentel tem conseguido atender às muitas reivindicações da categoria, como as questões salarial e dos aposentados. Como muitos aposentados têm me procurado em meu gabinete, gostaria de deixar muito claro que eles terão os mesmos benefícios dos funcionários da ativa e serão contemplados da mesma maneira. Essa é uma grande conquista para os servidores aposentados. Neste governo, a educação tem sido ouvida, coisa que não acontecia. O sindicato tem conseguido, de fato, dialogar com o governo. E o governo tem buscado de todas as formas atender as reivindicações da categoria, e sabemos que são anos de defasagem.

Infelizmente, não há como tudo se resolver da noite para o dia, porque são 12 anos de história de sofrimento e desprezo. Aí, a oposição vem dizer que o governo Pimentel não avança. O Pimentel tomou posse há três meses. O tempo é muito curto para sanar tantos problemas, problemas de 12 anos, não é deputada Marília? Sabemos que as negociações tem avançado, e muito, e a categoria tem sido ouvida e contemplada. Tenho certeza de que, cada vez mais, a minha categoria será contemplada em suas reivindicações.

Hoje saiu uma lista contendo 1.500 nomes de pessoas para assumirem cargos de professor na educação básica. A proposta é convocar 60 mil novos servidores até 2018. Esta é a proposta do governo do Estado: até 2018, 60 mil novos servidores serão convocados para assumir cargos efetivos na educação básica do Estado.

A deputada Marília Campos (em aparte) - Deputada Cristina Corrêa, quero parabenizá-la pelo pronunciamento, que trata do enfrentamento que o atual governo, o governo Pimentel, tem dado a um problema grave que Minas viveu e continua ainda vivendo, que é a questão da educação.

O primeiro enfrentamento foram as negociações de salários. Em outros estados o enfrentamento dado - aliás, pelo governo do PSDB - foi mandar bater em educador, mandar bater em professora e professor. Aqui o tratamento foi diferenciado. Além de avançar nas negociações, atendendo a várias reivindicações dos trabalhadores da ativa e aposentados, o governo Pimentel tratou de forma democrática uma exaustiva negociação. Espero que exista na próxima assembleia dos servidores concordância em relação às reivindicações e ao processo de negociação como um todo.

V. Exa. resgata esse avanço. É muito importante nós, independentemente de sermos oposição ou situação, reconhecermos avanços, e esse é um avanço que temos na educação. É claro que os desafios não param por aí. Além dos problemas salariais da educação, estamos enfrentando uma rede que apresenta uma precariedade muito grande em sua estrutura em todo o Estado de Minas Gerais. Acho que, em pouco tempo, daremos conta de resolver os graves problemas que temos no Estado.

Deputada Cristina Corrêa, já fui prefeita também. A senhora já foi professora. Já fui bancária e prefeita do meu município. Tive uma herança pesada, principalmente na primeira gestão como prefeita. Sabemos muito bem que, nos primeiros meses, vamos arrumar a casa, vamos trocar o pneu do carro com ele andando. Acho que Pimentel está fazendo isso. Ele está reorganizando a casa do ponto de vista orçamentário, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista da implementação de políticas públicas. Esses que torcem pelo seu fracasso quebrarão a cara, porque Pimentel, que já foi prefeito em Belo Horizonte e bem-avaliado, é um bom gestor e tem compromisso com Minas Gerais.

Uma das heranças que temos são os presídios abarrotados de presos. Não cabe preso nenhum lá, mas Pimentel não está jogando esse problema para debaixo do tapete. Muito antes pelo contrário, diante da superlotação nos presídios, Pimentel investirá na segurança pública, em políticas sociais, na construção de novos presídios. Da mesma forma que enfrentou os problemas da educação, enfrentará os problemas da segurança pública e da área de saúde. Parabéns pelo seu pronunciamento, deputada.

A deputada Cristina Corrêa* - Obrigada. Deputada Marília Campos e deputado Paulo Lamac, queria que em minha cidade, Santa Luzia, os profissionais da educação fossem tratados como o Estado tem tratado hoje nossos profissionais. Em Santa Luzia, a situação de descaso para com os professores tem sido uma vergonha. Hoje o servidor da educação de lá é tratado com total desrespeito, com total descaso. Fizeram uma manifestação na porta da prefeitura, na última semana. O desejo deles é simplesmente ser ouvidos. Não estão pedindo aumento salarial, mas melhores condições de trabalho.

Betim passa pela mesma situação. Percebemos que muitas cidades da região metropolitana têm enfrentado esses problemas. Gostaria muito que em minha cidade, Santa Luzia, o prefeito se espelhasse um pouco no trabalho que nosso governador vem fazendo pela educação. Ouvia, Sr. Prefeito? Gostaria muito que você se espelhasse no trabalho que nosso governador vem fazendo com a educação. Trate nossos profissionais da educação com respeito. Merecemos esse respeito.

O deputado Paulo Lamac (em aparte)* - Obrigado, deputada Cristina Corrêa. Gostaria de parabenizar essa jovem parlamentar, esse talento que está surgindo aqui na Assembleia Legislativa. V. Exa. já levanta questões pertinentes e importantes. Gostaria de parabenizá-la pela discussão suscitada e pela sua atuação. V. Exa. vem atuando de maneira efetiva junto à Comissão de Educação, que presido. Deixo esse registro de sua importante chegada e da contribuição que traz a este parlamento de Minas Gerais.

Estamos nos confrontando aqui com dois modelos diferentes: o de quem quer lidar com a realidade, de quem enfrenta as dificuldades da vida real, e o daqueles que fazem opção pelo Estado da fantasia, pela Minas da fantasia, um estado que era alardeado e propagandeado como o lugar em que estava tudo funcionando perfeitamente. Agora a gente bate de frente com isso.

Essa lista, tenho certeza de que não haverá dificuldade nenhuma se o deputado realmente apresentar o requerimento. Tenho certeza de que não haverá dificuldade nenhuma em apresentar quais são as obras que estão paradas, e elas existem. A população do Estado já está percebendo o imobilismo que tomou conta daquelas intervenções, nem sequer são os problemas mais graves que existem. Vejam bem, temos o não cumprimento do 1% na Fapemig, o acumulado nos quatro anos, assumido pelo ex-presidente da Fapemig, que é o atual presidente; foi mantido no cargo. Existe ali uma declaração pública, feita nesta Casa, do não cumprimento do 1% constitucional da Fapemig. Isso é uma questão de crime, de responsabilidade, e, como essa, tantas outras questões que contrapõem quem quer lidar com a realidade e quem quer lidar com a fantasia. A realidade, às vezes, incomoda, em política e em tudo. Lidar com realidade, às vezes, é incômodo, mas é necessário.

O que o governo está fazendo é tratar da situação com a devida clareza, com a devida transparência, a população tem o direito de saber. São obras paradas, obras que estão devendo. Só na Copasa, são bilhões em obras assinadas, comprometidas com os municípios e não executadas. Digo mais: não é recurso federal; é assinado no contrato no momento de firmar convênio com o município, e não se cumpriu.

Então, não há que se dizer que são recursos federais que não chegaram. Há de se dizer que havia, realmente, uma Minas das fantasias e que agora está se descortinando a realidade.

Quero parabenizar V. Exa. pela intervenção, mas principalmente pela atuação. É um engrandecimento do nosso Estado contar com V. Exa. na sua representação.

A deputada Cristina Corrêa* - Obrigada, deputado Paulo Lamac.

A deputada Celise Laviola (em aparte)* - Quero cumprimentá-la, deputada Cristina. Estamos acompanhando-a de perto, fazemos um grande trabalho com a educação. Vemos aqui hoje, da tribuna, a superintendente de Educação de Governador Valadares. Nesse pouco tempo, a gente sabe como tudo estava parado na educação, que os processos dos professores que precisam se aposentar ficavam parados. Havia acúmulo de processos lá.

Quero aproveitar, superintendente, e dar uma boa notícia: vai ser montada uma força-tarefa para destravar os 26 mil processos de aposentadoria travados. Vai ser feita uma força-tarefa para que isso se regularize. É isto que a gente quer: trabalho e eficiência. Não precisa ser de falar, precisa ser de mostrar. A educação precisava disso. Os aposentados estavam sofrendo na educação porque não conseguiam a publicação. Hoje tivemos essa boa notícia, acho muito importante falar sobre essa questão e acho que a superintendente vai gostar de levar essa notícia aos professores da região de Governador Valadares.

A deputada Cristina Corrêa* - Obrigada, deputada Celise.

O deputado Dirceu Ribeiro - Deputada, por favor, um aparte.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Deputado Dirceu Ribeiro, quero esclarecer ao deputado Sargento Rodrigues que o art. 154 reza que o deputado deve falar de pé, da tribuna ou do Plenário, salvo permissão do presidente, nos termos do inciso II do art. 232. O presidente pode decidir sobre o deputado Dirceu Ribeiro falar sentado, daqui de cima. Com a palavra, o deputado Dirceu Ribeiro, pelo aparte concedido pela deputada Cristina Corrêa.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)* - Nossa colega, é com alegria que quero parabenizá-la por defender a classe dos professores. Sou filho de uma professora, sei bem as dificuldades que elas têm. Fui prefeito do Município de Ubá por dois mandatos.

E nos dois mandatos procurei valorizar a classe dos professores. Hoje, estou nesta Casa defendendo o interesse da educação, mostrando a todos que uma cidade, um estado e um país só crescem se houver investimento na educação.



No meu primeiro mandato como prefeito, levei para Ubá o curso de advocacia. No segundo mandato, levei a Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg -, que tem três cursos: *design*, biologia e química. Agora, estou no PHS e, com muita honra, sou vice-líder do governo; com muita honra, estou aqui para defender a nossa região e o nosso Estado de Minas Gerais. Em Ubá, um terreno de 36ha foi doado à Uemg. Com a ajuda do nosso líder Durval Ângelo e da equipe do governo, estamos colocando recursos no orçamento do Estado para construir o *campus* universitário. A região precisa desse *campus*. Não sou professor, mas tenho a alegria de dizer que sou marqueteiro dos professores. Esta Casa é uma união de todos. Trabalhamos para defender a educação e temos a certeza de que o nosso estado brilhará.

Ouvi o seu pronunciamento com muita atenção. V. Exa. exerce o seu primeiro mandato, assim como eu. Chegamos um pouco acanhados, mas o Estado de Minas Gerais muda o nosso posicionamento, muda a nossa vida. O que queremos é um estado trabalhando para o nosso povo, para os nossos filhos e para os nossos netos. Não há setor melhor do que a educação para se investir. Tenho conversado muito com as professoras em Ubá e mostrado o caminho que está sendo seguido. Tenho a certeza de que esse caminho dará bons frutos. Portanto, parabênizo V. Exa. pela maneira transparente e aberta com que fala ao povo mineiro.

Precisamos valorizar mais e mais os nossos professores, que, na verdade, são os pais dos nossos filhos, levam-nos ao caminho do bem. Por isso estou aqui. Sou um defensor ferrenho da educação, um defensor ferrenho de um Brasil melhor. Podem contar comigo para o que for possível. Espero que o nosso governador Fernando Pimentel, com quem tenho tratado através do nosso líder Durval Ângelo, ouça as reivindicações dos professores e faça com que tenham um trabalho digno e honrado no nosso estado.

A deputada Cristina Corrêa* - Obrigado, deputado Dirceu. Aproveito para parabenizar todas as mães pelo seu dia no domingo. Mando um abraço especial para a minha querida mãe. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O deputado João Vítor Xavier* - Sr. Presidente, meus caros colegas, meu caro deputado João Leite, meu querido deputado Paulo Lamac, de quem fui colega na câmara municipal, meu excepcional colega. Apesar da divergência partidária e ideológica, reconheço no deputado Paulo Lamac todo talento, toda competência para estar nesta Casa.

Vou falar de um assunto que nos é importante e que nos envolve a todos. Tivemos uma semana em que a polícia divulgou os laudos a respeito da investigação do viaduto que caiu no ano passado em Belo Horizonte durante a Copa do Mundo. É uma situação que preocupa a todos nós e que esta Casa tem de acompanhar de muito perto. Muito mais do que envolvimentos partidários, pessoais, tivemos ali vidas humanas perdidas e um prejuízo incalculável para a cidade de Belo Horizonte. Primeiramente, um prejuízo da obra que foi realizada para atender à necessidade de Belo Horizonte. O viaduto desabou, desmoronou, não cumpriu seu papel, sua função em Belo Horizonte e que, além disso, faz falta para o dia a dia do belo-horizontino. Quando uma obra é realizada numa cidade, o objetivo é que ela melhore o funcionamento da cidade, o seu trânsito. Ela fará falta a Belo Horizonte.

É preciso que haja investigação, deputado Paulo Lamac, extremamente profunda. A primeira parte do que foi exposto pela Polícia Civil é preocupante. No momento em que vem a revelação de que algumas pessoas estavam informadas sobre aquilo e de que nada foi feito, deputado Sargento Rodrigues, isso é de assustar a todos nós. É preciso que o Ministério Público, que agora vai receber toda a documentação, todos os laudos e tudo o que foi apurado, averiguado e investigado pela Polícia Civil, se debruce sobre esse caso para que se dê satisfação, primeiramente, às famílias que perderam seus entes. Esse é o primeiro ponto de tudo. Essas famílias foram as maiores prejudicadas, e a elas Belo Horizonte deve satisfação. Em segundo lugar, deve satisfação a todos os milhares de belo-horizontinos e de belo-horizontinas que pagaram por essa obra, que pagam impostos, que vivem nesta cidade e que merecem uma resposta. Um viaduto não cai por acaso, não cai do nada, não cai por obra divina, mas cai por incompetência humana ou, então, por forças absolutamente extraordinárias da natureza. Isso não aconteceu na cidade de Belo Horizonte. Está muito claro que houve ali irresponsabilidade e incompetência associadas, primeiramente da empresa de projetos; segundo, da empresa que executava a obra; e, terceiro, de pessoas ligadas ao serviço público em Belo Horizonte. Não podemos tapar a vista para nenhum dos três pontos. Que os responsáveis pela empresa de engenharia respondam por aquilo e paguem criminal e financeiramente. Que paguem os responsáveis ou irresponsáveis da Cowan que fizeram essa obra de areia e de papelão para envergonhar Belo Horizonte e para tirar a vida de pessoas. Que também paguem os responsáveis ou irresponsáveis no serviço público que não fizeram seu papel da maneira adequada.

Acho que o Dr. José Lauro Terror, ex-secretário de Obras de Belo Horizonte, citado no inquérito como tendo conhecimento do caso, deve à cidade de Belo Horizonte uma explicação muito clara do que aconteceu ali.

Tivemos oportunidade na nossa vida, na nossa trajetória profissional, de rodar o mundo. Chegamos em países em que há pontes de 200, 300 anos em perfeito estado. Tudo funcionando em plena capacidade. Na nossa Belo Horizonte, temos quantas pontes? Quantos viadutos? Quantas alças, quantos elevados foram construídos? Quem vai pagar pelo prejuízo de Belo Horizonte e do belo-horizontino? Quem vai pagar por isso?

Deputado João Leite, gostaria de dizer isso para V. Exa. Certa vez ouvi dizer que havia um gênio na Secretaria de Obras, o Dr. José Lauro Terror. Na verdade, o gênio se mostrou um terror para a cidade de Belo Horizonte. Ele aprovou, avalizou e deliberou pela construção de um viaduto que não tinha condições técnicas para tal. Nosso companheiro Paulo Lamac é engenheiro, é um homem da área, conhece muito mais que eu, e sabe muito bem disso. Eu nunca vi uma coisa dessa na história da engenharia em Minas Gerais. Envergonhou Belo Horizonte, envergonhou o Brasil durante uma Copa do Mundo. O tal legado da Copa seriam as obras, mas a obra que era para ser legado transformou-se em uma vergonha para todos nós. Belo Horizonte cobra uma explicação sobre isso. Belo Horizonte espera uma explicação sobre isso. Essa explicação tem de vir. Ela já começou a aparecer com a investigação da Polícia Civil, mas tem de continuar e persistir pelo trabalho do Ministério Público, acompanhado por esta Casa. Vamos acompanhar de muito perto na Assembleia a investigação sobre a queda desse viaduto. Belo Horizonte deve satisfação às famílias que perderam seus parentes. Belo Horizonte deve satisfação do que aconteceu aos belo-horizontinos. Pontes e viadutos não caem à toa, caem por incompetência, por incapacidade de projetos. Belo Horizonte pede explicação a cada um de nós, belo-horizontinos. Uma obra feita para melhorar a qualidade de vida do cidadão transformou-se em uma das maiores vergonhas da história do nosso município.



O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero cumprimentar V. Exa. pela lucidez das palavras, pela serenidade, acima de tudo, e pela firmeza que o tema requer. A vida, seja de quem for, não pode ser ceifada da forma como foi, sabendo que ali há responsabilidade direta do poder público. Por quê? Se o poder público contratou uma empresa privada para executar a obra, ele não pode, em hipótese alguma, abrir mão de fiscalizá-la. Se não houver uma fiscalização próxima da obra, a empresa pode fazer aquilo que bem entender e, nessa deliberação, ocorre o que V. Exa. descreveu e o que a Polícia Civil, nesse primeiro momento, apurou com serenidade. Levou tempo, o inquérito teve seus prazos dilatados várias vezes. Quero parabenizar o Dr. Hugo e Silva e toda a equipe da Polícia Civil que esteve à frente, diligenciando sobre esse inquérito. Agora, conforme V. Exa. disse, isso está aos cuidados do MP. Temos de acompanhar, por isso me coloco ao lado de V. Exa. para juntos, através da própria Comissão de Segurança Pública, acompanhar o caso. Não podemos deixar que aquelas vidas sejam esquecidas pela absoluta irresponsabilidade do poder público que, ao contratar, não fiscalizou a contento, permitindo que aquilo acontecesse. Também espero que os acusados, processados pelo devido processo legal, sejam condenados na forma da lei. Digo mais, V. Exa. falou em responder criminal e civilmente porque devem indenizar às famílias. Mas também existe o ponto de vista administrativo, pois há servidores públicos. A nossa legislação fala que as esferas são concomitantes e independentes, civil, criminal e administrativamente. Do ponto de vista administrativo, tem de haver sanção para os servidores públicos que tinham o dever de fiscalizar, acompanhar. Não sei se foi V. Exa. que trouxe a matéria da Rádio Itatiaia, mas parece-me que havia um engenheiro agrônomo fazendo o papel de fiscalizar. Ou seja, não era a pessoa adequada tecnicamente para exercer a fiscalização.

Mas quero ainda, aproveitando os últimos segundos da minha fala, dizer que o governo não está no terceiro mês, conforme disse a ilustre deputada Cristina Corrêa, que me antecedeu aqui; o governo de Fernando Pimentel está no quinto mês. E olha que há ações que ninguém aqui é louco ou maluco para esperar que o governo faça em cinco meses. Mas as ações em que há necessidade da continuidade do serviço público e em áreas extremamente necessárias, como a segurança pública, estão deixando a desejar. Faltar combustível, peça de viatura nessa altura não é desculpa para um governo que já está no quinto mês, não no terceiro.

Deixo aqui para reflexão dos deputados que compõem a base de governo.

O deputado João Vítor Xavier* - Quero conceder aparte ao deputado João Leite e à deputada Marília Campos, minha amiga, mas antes, deputado João Leite, quero lembrar um fato que se faz muito importante. Vou contar uma breve história. V. Exa. um dia me disse que, quando era jogador de futebol, certa vez o senhor estava contundido - o senhor é um homem de muita fé. O senhor fez suas orações e foi ao seu culto pedir a Deus para curá-lo para que pudesse jogar o jogo decisivo. O senhor não foi curado e não conseguiu jogar esse jogo. O goleiro que jogou tomou dois frangos, e, no dia seguinte, a diretoria do Atlético o procurou e renovou o seu contrato para muito melhor. Ai o senhor entendeu que Deus tinha um propósito na sua vida naquele momento ao não lhe permitir jogar aquele jogo, porque o senhor foi muito mais lembrado pela ausência do que talvez pela presença.

Quero, em nome do PSDB de Belo Horizonte, da militância do PSDB de Belo Horizonte, de seus companheiros do PSDB de Belo Horizonte, fazer um desagravo a V. Exa., apesar de ser desnecessário, pela sua biografia. O PSDB indicou o nome de V. Exa. para secretário de Obras de Belo Horizonte. Naquele momento, foi dito que esse cargo já estava ocupado e que não poderia ser ocupado por V. Exa. porque havia uma equipe genial na Secretaria de Obras da capital. Acho que mais uma vez a sua ausência foi um prêmio à sua biografia, à sua história. É uma pena para Belo Horizonte. Para a biografia e para a história do senhor tenho certeza de que foi um alívio, mas para a nossa capital foi uma pena, porque, com sua conduta, tenho certeza de que esse não teria sido o destino daquele malfadado viaduto.

O deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, deputado João Vítor Xavier, que é sempre tão generoso comigo. Até que me saía bem nas pontes. Acho que eu poderia fazer umas pontes boas, os goleiros normalmente têm de fazer algumas delas. Mas queria tratar, deputado, de obras mesmo. Uma notícia recente: o Ministério Público Federal, em Brasília, abre investigação para apurar o dinheiro emprestado não apenas para Cuba, mas também para Angola, Venezuela e Equador. É interessante, porque a investigação é justamente contra o governador Pimentel, que era ministro do Desenvolvimento e que liberou US\$700.000.000,00 para o porto em Cuba. O valor total foi de 4.700.000.000,00 liberados. E pasmem, com uma determinação de 30 anos para revelar como se deu esse empréstimo. Está aqui: 30 anos para revelar para que esse dinheiro serviu. Quer dizer, o brasileiro que deu esse dinheiro para Cuba, para o Porto de Mariel, 4.700.000.000,00, levará 30 anos para saber como esse dinheiro foi utilizado. Outro dia a imprensa brasileira tentou entrar no Porto de Mariel e foi impedida pelo governo cubano. Dinheiro do contribuinte brasileiro, que construiu um porto em Cuba. Ela foi impedida de entrar.

Agora o mais grave: está na mão do deputado Sargento Rodrigues, mas tenho memória. Imaginem, hoje, às 4 horas, o governador Pimentel vai se encontrar com o Dr. Janot, procurador-geral do Ministério Público.

O Ministério Público abre uma investigação contra o governador Pimentel, e o Sr. Janot vem aqui encontrar com ele, no palácio do Pimentel, que era um museu aberto à visitação, mas que agora é dele. Esse encontro está na agenda, que está na mão do deputado Sargento Rodrigues. Será um encontro fechado, e a imprensa não vai poder participar.

Quero deixar a minha insatisfação por esse procurador vir aqui, justamente agora, encontrar com o governador, quando ele está sendo investigado por liberar R\$4.700.000.000,00 para esses países, pedindo um sigilo de 30 anos. É um escândalo, deputado Bonifácio Mourão e líder Duarte Bechir.

Muito obrigado. Desculpe ter extrapolado o tempo. O senhor falou em obra e em ponte, e eu entendo um pouco do assunto.

O deputado João Vítor Xavier* - Em solidariedade à nossa companheira deputada Marília, a quem não pude dar aparte, também não prosseguirei. Muito obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Ulysses Gomes - Agradeço a V. Exa., nobre presidente Hely Tarquínio. Registro que, ao lado do nosso vice-presidente Hely Tarquínio, do nosso 3º-vice-presidente, Bráulio Braz, do presidente da Assembleia e de todos os diretores, continuamos a tarefa de visitar os servidores da Casa. Esse é um trabalho que temos feito de diálogo e de reconhecimento dos servidores da Assembleia, que fazem com que a nossa Casa seja uma das casas legislativas mais reconhecidas do Brasil, pela qualidade, pela produção, pela



forma transparente e democrática que sempre conquistou o País, como referência de uma assembleia legislativa, e Minas Gerais, pela qualidade do trabalho.

Presidente Hely, quero agradecer, parabenizando V. Exa., pela sugestão que deu a toda a Mesa, fazendo esse trabalho, e pela iniciativa do presidente da Assembleia. É preciso que o diálogo da direção da Mesa, da Casa, seja cada vez mais aberto e direto com os servidores da Casa, que na prática fazem a Assembleia ser essa grande referência de qualidade.

Sr. Presidente, quero aproveitar o pouco tempo que me resta, guardado o tempo que considere para a nossa deputada, para compartilhar um pouco do nosso olhar sobre este momento que vivemos no País, e em especial, no caso da conjuntura mineira, a Assembleia Legislativa. Tenho compreendido que é um pouco natural essa disputa que está acontecendo na Assembleia: a oposição ainda não aceitou a derrota para o nosso governador Pimentel. É preciso falar aquela frase, deputada, que usamos uma vez para o deputado Lula: deixa o homem trabalhar. O Fernando, juntamente com toda a sua equipe, tem muitos desafios pela frente. Vamos deixar que ele faça o governo acontecer. Ele está fazendo - e vai continuar fazendo - o que acredita, o que, de fato, vem propondo para Minas Gerais: abrir o Estado, fazer com que ele tenha, cada vez mais, diálogo permanente com os setores que sempre foram deixados de lado. Mas a oposição não quer aceitar isso e quer ganhar no grito, no barulho, quer fazer com que a população de Minas não compreenda o que está acontecendo. É natural que aqueles que governaram durante 12 anos tenham um acúmulo de informações.

Eles não informam sobre o que não fizeram, mas obviamente ninguém fica no governo sem fazer nada, alguma coisa fizeram ao longo desses 12 anos. Não reconhecem que, graças à grande transformação que o País teve nos oito anos do governo do presidente Lula e no governo da presidenta Dilma, houve uma grande transformação no País e em Minas. Minas, juntamente com o País, apresentou grandes avanços sociais, na infraestrutura e na saúde. Na época vimos a oposição de hoje, que era situação, criticar o Mais Médicos. Depois eles viram o quanto o Mais Médicos mudou o atendimento ao povo brasileiro mais simples.

E poderíamos citar vários exemplos de programas na área da saúde e da habitação.

Tenho me lembrado muito da minha experiência quando vereador em Itajubá, de 2002 a 2004, e exatamente do ano de 2003, que foi muito difícil, quando nosso presidente Lula iniciou seu governo. Ganhou a eleição de 2002 e assumiu em 2003, e foi muito difícil. Eu era vereador, foi um ano de arrocho, de ajuste, de crescimento zero do País, um ano em que o presidente Lula, trabalhando muito com toda a sua equipe, precisou colocar o Brasil nos trilhos. Mas, na política, no dia a dia, no parlamento, na câmara era natural que a oposição malhasse, batesse, de forma totalmente incoerente.

Nesses quatro anos em que vivi a experiência de ser deputado, ficava impressionado com a base do governo, que não tinha disposição de debater Minas Gerais. Quantas vezes apresentamos requerimentos, questionamentos, perguntas, oportunidades para debater Minas Gerais, e a base do governo se negava a fazer esse debate. Quando ocupava o espaço, fazia-o dentro da legitimidade, mas para questionar o governo federal. Não digo que isso não seja necessário, possível nem legítimo, mas negava-se a fazer com que nossa função aqui fosse exercida na plenitude, que era ter respostas, debater Minas Gerais, encontrar caminhos e soluções para os problemas do Estado.

Essa era a base de governo, que hoje é oposição. E, depois de 12 anos sem dar respostas, agora vira de lado querendo apontar, querendo respostas. É a mesma base que, durante 12 anos, negou-se a debater Minas, negou-se a dialogar com os servidores da educação, a dar respostas, a debater a educação em Minas Gerais, negando a situação da infraestrutura das escolas estaduais em vários cantos de Minas, o problema da saúde.

O governador Fernando Pimentel entrou no governo no início de janeiro e encontrou meses de atraso de repasses para os municípios e hospitais - repasses automáticos do governo federal - e precisou fazer caixa para garantir o equilíbrio das contas no final do ano; e agora o nosso governo está pagando ainda as contas do governo passado. Na quinta-feira, pagamos o repasse de emergência e urgência referente a janeiro e fevereiro. No início de fevereiro estávamos pagando ainda outubro, novembro e dezembro, porque o governo passado não pagou. É isso que o governo está fazendo, equilibrando as contas, repetindo-se agora o que vivi em 2003, em relação ao presidente Lula, quando iniciou o seu governo. Lembro que apanhava muito na câmara, mas a esperança, o sonho se consolidou em realidade ao longo desses 12 anos em que estamos mudando a vida do povo brasileiro, dando mais oportunidade de emprego, de estudo, educação, formação, qualificação.

A vida mudou nesse período. Mas havia a dificuldade daquela herança maldita do governo tucano, do governo Fernando Henrique nos oito anos em que governou o País, no ano em que o presidente Lula assumiu, um ano de muita dificuldade. Não foi diferente do ano que estamos vivendo em Minas Gerais, com a grande dificuldade diante da economia mundial, diante do ajuste do governo federal, sobretudo da situação que temos em Minas Gerais, com o déficit que apresentamos, neste ano, de 7,2 bilhões de reais; um grande endividamento que Minas tem, consequência não só dos últimos 12 anos, mas também de 20 anos atrás, dos últimos quatro governos do PSDB. Foram 12 anos consecutivos, mas não podemos nos esquecer do ex-governador Azeredo, do acordo que fez com o então presidente do mesmo partido, que gerou um endividamento que Minas Gerais paga até hoje. Isso tudo é consequência dessa história que não podemos negar.

Porém, não queremos fazer um governo só atacando e mostrando o que estava errado. Precisamos ter o olhar para aprender e não fazer a mesma coisa, mas, principalmente, quando falamos “deixa o homem trabalhar”, devemos caminhar junto nesse belíssimo trabalho que nosso governador Fernando Pimentel tem feito, com diálogo, com participação.

Ao final deste mês ou no início de junho, vamos lançar os fóruns regionais, e a parceria com a Assembleia Legislativa, sobretudo com a Comissão de Participação Popular, vai ser fundamental para que possamos travar um grande diálogo com Minas Gerais na construção do PPAG, mostrando a todos a realidade das contas do Estado e de sua estrutura, especialmente a situação da saúde e da educação.

Sem dúvida, os acordos que estamos aprovando agora ilustram esse diálogo. Na saúde, já acabou a greve da Fhemig; o pessoal da educação sinalizou o fim da greve na semana passada e estou certo de que vai aprovar o acordo proposto pelo governador Fernando Pimentel na próxima assembleia, na quinta-feira que vem; e com tantas outras categorias está havendo diálogo e parcerias. Para



encerrar, presidente, o que há é a compreensão do governador para que Minas Gerais possa crescer e se desenvolver da mesma forma como o País fez ao longo dos últimos 12 anos.

Tenho convicção, presidente, do orgulho do nosso partido em governar este país da forma como governa e, sobretudo, em ter abertura e a cabeça erguida para, nos momentos difíceis, dialogar diretamente com a população - com a população que produz e de fato precisa ter a compreensão do Estado como Nação e do nosso Estado de Minas Gerais. Não tenho dúvidas de que a nossa presidenta Dilma faz isso, e que, em Minas Gerais, no início de governo, o nosso governador Fernando Pimentel tem condições para fazer com que os mineiros tenham de fato um governo para todos e, a partir de agora, o nosso estado cresça e se desenvolva. É com essa Minas que nos comprometemos na eleição do ano passado e é essa Minas que, aqui, com o Parlamento mineiro, vamos ajudar a construir.

Portanto, quero parabenizar o governador Fernando Pimentel pela forma aberta, democrática e transparente com que, nesses poucos meses de governo, vem governando Minas Gerais. Obrigada.

36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 12/5/2015

O deputado Dirceu Ribeiro - Deputado João Magalhães, caro presidente, deputadas e deputados, telespectadores da TV Assembleia, em reunião no Intersind, fui convocado para dar uma resposta ao povo brasileiro, por conseguinte ao povo mineiro e às autoridades constituídas. Somos o primeiro polo moveleiro de Minas Gerais e estamos lutando para, num futuro bem próximo, disputar o primeiro lugar no Brasil. Nosso polo moveleiro está localizado a 290km da capital mineira, a 283km da capital carioca e a 436km da capital do Espírito Santo.

A deputada Celise Laviola (em aparte)* - Nosso PMDB hoje está de luto: perdemos Ronaldo Perim, eterno presidente do PMDB de Governador Valadares. O Ronaldo era atualmente vice-prefeito de Governador Valadares. Já foi prefeito da cidade, deputado federal e secretário de Estado. Ficaré uma lacuna no PMDB. Estamos todos muito tristes, especialmente os deputados da bancada que são do Leste de Minas. Obrigada, deputado.

O deputado Dirceu Ribeiro - Muito obrigado. As indústrias moveleiras do polo da cidade de Ubá têm um papel fundamental na nossa região, pois concentram mais de 50% dos postos de empregos diretos, fonte de renda de um número de famílias. Além de Ubá, nosso polo moveleiro é composto por mais sete cidades: Guidoal, Piraúba, Rio Pomba, São Geraldo, Rodeiro, Tocantins e Visconde do Rio Branco. Alguns fatores são decisivos para comprovar a importância do polo. São 338 estabelecimentos industriais de móveis, sendo 218 empresas instaladas em Ubá. O setor moveleiro gera hoje mais de 16.196 empregos diretos.

Agora há a crise mundial atingindo o nosso Brasil, atingindo Minas Gerais, e não fica de fora o nosso polo moveleiro.

Queremos dizer a todos que não é a primeira vez que atravessamos crises e também não será a última. Sempre buscamos e continuaremos a buscar bons parceiros. Não estamos de pires na mão. Não estamos pedindo esmola a ninguém. Queremos e gostamos de parceria. Prestem atenção: queremos uma grande parceria com o governo do Estado para colocar o nosso aeroporto funcionando, será grande contribuição para a nossa região. Quando fui prefeito, construímos esse aeroporto. Foram gastos exatamente R\$31.000.000,00 na construção do aeroporto, que hoje está paralisado. Hoje ele é um elefante branco. Na hora em que conseguirmos colocá-lo para funcionar, ele vai trazer mais riqueza para nossa região e para nosso polo moveleiro.

Vamos tentar uma parceria para fazer o anel rodoviário. No tempo em que fui prefeito, fiz o anel viário. Portanto, o Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá - Intersind - afirma, sem medo de errar, que nosso polo moveleiro, em toda a sua extensão, tem empresas sólidas que estão trazendo o progresso para nossa região. Como disse, vivemos uma crise, mas nada diferente de tantas outras por que já passamos. Ela será superada somente com união, luta e determinação. Não somos à toa o primeiro polo moveleiro. Essa história, que vem de longa data, não terminará hoje. Temos uma grande estrutura econômica. Quero dizer a todos que estamos à disposição dos que querem realmente o bem comum e o da nossa região.

Precisamos de parceria para fazer nosso aeroporto funcionar. Não estamos medindo esforços. Nesse particular, estamos tendo apoio do governo do Estado para que nosso aeroporto funcione e leve o progresso a nossa região.

Outro projeto de importância para nossa região é a nossa Uemg. Quando fui prefeito, levei três cursos para Ubá: *design*, biologia e química. Além disso, adquirimos um terreno de 36ha e doamos à Uemg. Hoje, necessitamos construir o *campus* universitário de Ubá para dar oportunidade a nossos filhos e netos. Hoje, o que fazemos é honrar o nome de nossos filhos e nossos netos para que eles tenham realmente uma vida com dignidade e que possam estudar. Uma universidade pública tem tudo a ver com nossa região. Também está no orçamento do Estado uma verba para construção do *campus* universitário de Ubá.

Nosso terceiro projeto é o convênio da oncologia. A Microrregião de Ubá tem 26 municípios e mais de 300 mil habitantes, mas não tinha força política. A Microrregião de Ubá estava abandonada. Estava, simplesmente, esquecida. Hoje estamos trabalhando de manhã, de tarde e de noite para que o convênio da oncologia fique lá. Não queremos prejudicar ninguém nem invadir a área de ninguém. Queremos o direito da Microrregião de Ubá, assim como queremos os nossos direitos. Estou aqui para defender a região de Ubá, região sofrida, região que, na verdade, passou por dificuldades por não ter aqui um representante. No início deste mandato, tivemos um problema com a Suplan, que foi solucionado com parceria, com conversa e com minha presença nesta Casa. Portanto, digo a todos os companheiros: respeito todos, trabalho com transparência e lealdade. Não sou daqueles que prometem e não cumprem. Não sou daqueles que traem as pessoas. Sou daqueles que aprenderam com os pais a honrar o nome, a honrar a família e a honrar a região.

Portanto, caro presidente, hoje é motivo de satisfação estar aqui em nome do Intersind, de Ubá, pois, em reunião que fizemos ontem, solicitaram-me que fizesse a defesa, o pronunciamento em favor do 1º polo moveleiro de Minas Gerais, e que futuramente vai disputar a posição de 1º polo moveleiro do Brasil. E o 1º polo moveleiro de Minas Gerais quer e precisa de respeito. O 1º polo moveleiro de Minas Gerais tem uma condição sólida e não está de pires na mão pedindo nada a ninguém. O 1º polo moveleiro de



Minas Gerais veio para ficar e para trazer o progresso para a nossa região. E hoje tem nesta figura o seu defensor. Tem neste deputado um representante da região da Zona da Mata, que trabalha de manhã, de tarde e à noite para que a nossa região seja representada.

Não vim aqui para brincar, não vim aqui para fazer as pessoas de bobas nem para abusar de ninguém. Estou aqui para trabalhar para a nossa região, para honrar o nome dos colegas que aqui estão, porque eles têm também o mesmo ideal de servir a sua região, de trabalhar para a sua região e de querer que todos tenham respeito.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* - Deputado Dirceu Ribeiro, não poderia deixar de manifestar o nosso intenso apoio ao pronunciamento de V. Exa. Nós, que somos deputados da cidade de Juiz de Fora, vizinha da grande Ubá, na verdade pertencemos à mesma região, a nossa grandiosa Zona da Mata, que necessita urgentemente de políticas públicas para incentivar o nosso desenvolvimento. A situação do polo moveleiro de Ubá requer uma grande atenção deste governo. É necessário que nós, deputados da Zona da Mata, nos unamos em prol dos nossos interesses, para defender que a nossa região também seja tratada com grande carinho e atenção pelo governo.

A cidade de Juiz de Fora também passa por grandes problemas. Queria registrar a presença do nosso ilustre vereador Júlio Gasparete, ex-presidente da câmara, que é um grande incentivador da cidade de Juiz de Fora e região.

Deputado Dirceu Ribeiro, conte com este deputado. Estamos pedindo agora uma reunião urgente com o governador e os deputados de Juiz de Fora e da Zona da Mata. Que possamos nos unir na busca desses benefícios e dessas necessidades para a nossa querida Zona da Mata mineira. Hipoteco o nosso apoio a todas as palavras proferidas por V. Exa. e o parabenizo pelo trabalho e pela defesa que tem feito da cidade de Ubá. Obrigado.

O deputado Dirceu Ribeiro* - Obrigado.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Parabenizo o deputado Dirceu Ribeiro pelo seu entusiasmo ao estar na tribuna falando da sua querida Ubá e do polo moveleiro. Devo manifestar a V. Exa. que neste 5º mandato já trabalhamos muito para a sua querida Ubá e particularmente para o setor moveleiro. É de nossa autoria um projeto que discutimos muito na Casa, buscando a redução da carga tributária do setor moveleiro. Por longas vezes e variados debates, demonstramos a preocupação com a carga tributária, e pude sentir de todo o setor moveleiro a preocupação maior com a carga tributária - com certeza poderíamos alcançar hoje em todo o Brasil a mesma condição de Ubá.

Devo manifestar-lhe, inobstante essas perfeitas adequações que V. Exa. relata, que em poucos dias vamos instalar oficialmente, já autorizada pelo nosso presidente, a frente parlamentar da indústria mineira.

Estamos nos rearticulando com todos os setores, particularmente com o setor moveleiro de Ubá, gerando milhares de empregos. Também São José dos Salgados, Carmo do Cajuru e Andradas possuem seu setor moveleiro, embora não do porte de sua Ubá, mas certamente todos estão procurando o aperfeiçoamento e a competitividade no polo moveleiro. Em Ubá, já está instalado e funcionando o Arranjo Produtivo Local - APL -, projeto de minha autoria debatido nesta Casa, que hoje está servindo para Ubá, Carmo do Cajuru e outras regiões que optaram por esse mecanismo.

Então, parabenizo V. Exa., pois é mesmo por meio de pronunciamentos que vamos pleitear do governo do Estado ações importantes como essa que V. Exa. defende em sua proposição. Parabéns e conte conosco. Desde já, digo que gostaria muito que V. Exa. participasse conosco da frente parlamentar da indústria mineira, representando o setor moveleiro da sua Ubá e região. Parabéns.

O deputado Dirceu Ribeiro* - Posso lhe afiançar que participarei, sim, com muita honra e alegria. Podem contar comigo em tudo aquilo que for bom para o Brasil e para Minas Gerais.

Quero também agradecer aos colegas e a todos por terem me ouvido com tanta atenção, esperando que, juntos, possamos fazer essa parceria de que Minas e o Brasil precisam. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Braulio Braz* - Concedo aparte ao deputado Duarte Bechir.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Agradeço a concessão do aparte, para que, ao lado dos demais pares, possamos manifestar os nossos pesares pelo falecimento, ocorrido na manhã de hoje, do locutor José Ailton de Resende, conhecido em toda a região por Jota Ailton. O Jota Ailton, que criou, na Rádio Clube de Campo Belo, a Equipe 1001 de Esportes, era daquelas pessoas, deputado Braulio Braz, que vêm da zona rural para a cidade e abraçam uma profissão que exercem com carinho e grandeza, tornando-se professores do que se propuseram a fazer.

Então, quero comunicar seu falecimento aos demais pares, deixando à família e aos amigos companheiros da Rádio Clube de Campo Belo e da imprensa regional e local os nossos sentimentos pelo passamento prematuro do radialista criador da Equipe 1001 de Esportes, de Campo Belo, Jota Ailton de Resende. Obrigado, deputado Braulio Braz.

O deputado Braulio Braz* - Sr. Presidente, colegas deputados e telespectadores da TV Assembleia Legislativa, hoje tenho a honra de ocupar a tribuna desta Casa Legislativa para parabenizar a cidade de Muriaé, que comemora seus 160 anos de emancipação política em 16 de maio.

Muriaé é minha terra natal, cidade de filhos que se inspiram nas belezas de suas montanhas, na riqueza do seu solo e na alegria da sua gente. Nada mais gratificante do que saudar esse município que acolhe pessoas que lutam unidas para a concretização de ideais comuns. Para mim, o dia da emancipação política de Muriaé é também o dia de gente que supera as dificuldades, e esse é o principal motivo de contribuir com os nossos trabalhos e ações nesta Casa.

Localizada na região da Zona da Mata, possui uma população estimada em 105 mil habitantes e oito distritos. Muriaé significa, na língua indígena, "ter sabor de cana doce". É um município acolhedor e agradável, cuja história se multiplica por vários momentos marcantes. Em uma das mais antigas menções ao Vale do Muriaé, datada de 1785, Couto Reis descreveu a região, realçando-lhe as condições "extremamente adversas", cuja colonização só foi possível graças à coragem dos primeiros desbravadores que, "fazendo fogos, descortinando matas e purificando ares, tornaram os sertões menos rigorosos".

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, deputado Braulio Braz. Serei rápido. Tenho certeza absoluta de que vejo a emoção com que V. Exa. fala da sua querida Muriaé.



Tenho o prazer de estar sempre ao lado de V. Exa. e tenho, dentro do meu coração, essa figura extraordinária. Conheço e reconheço o valor que V. Exa. tem para a sua terra natal e para o nosso estado. Não é de hoje que V. Exa. aqui vem para falar da sua terra, do seu chão, do seu povo e da sua gente. Então quero me associar a V. Exa. neste momento tão importante para toda a comunidade. V. Exa., como um líder maior, tenha certeza absoluta de que é merecedor do nosso aplauso e do nosso respeito. Permita-me também incluir no rol de tantas pessoas importantes o nome do seu querido amigo, do seu querido pai, o nosso amigo prefeito José Braz. Ele, durante sua administração extraordinária como prefeito por longos mandatos, pôde, pelo seu zelo, pelo seu trabalho e pela sua competência e gestão administrativa, fazer com que esse município se tornasse, com certeza, uma das cidades mais expoenciadas da região.

Então eu quero, além de cumprimentá-lo, saudar todos os moradores e toda a população. Permita-me, com todo o respeito, abraçar o seu querido pai, o grande arquiteto de todas essas obras extraordinárias que o município teve, o Sr. José Braz, prefeito. O meu abraço.

O deputado Braulio Braz* - Obrigado, deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Em 1817, Constantino José Pinto, com outros 40 homens, comercializando ervas e produtos medicinais, desceu pelo Rio Pomba e atingiu o Rio Muriaé, onde aportou construindo seu abarracamento junto a uma cachoeira, local que hoje é conhecido como Largo do Rosário. Ali foi fundado o aldeamento dos índios, com demarcação das terras destinadas ao plantio. Em 1819, o francês Guido Marlière chegou e ergueu a Capela do Rosário. Isto feito, começaram a aportar extratores de madeiras de lei e, principalmente, de plantas medicinais, em busca de raízes. Era, então, o início da atividade econômica do futuro município. O povoado cresceu rapidamente, a princípio, com uma só rua ao longo do rio - dando origem ao porto, à barra e à armação, em razão do rio que a margeava - onde hoje existem os bairros com os mesmos nomes dados na época: Porto, Barra e Armação.

Em 7/4/1841 foi criado o distrito com o nome de São Paulo do Muriaé, pertencendo a São João Batista do Presídio, atual Município de Visconde do Rio Branco, e subordinado eclesiasticamente a Santa Rita do Glória, atual Município de Miradouro. No dia 16/5/1855, com o nome de São Paulo do Muriaé, o distrito foi elevado à categoria de vila, desmembrando-se de São João Batista do Presídio. A Vila de São Paulo do Muriaé passaria a ser cidade 10 anos depois, em 25/11/1865, razão da comemoração dos 160 anos de emancipação política hoje.

A denominação Muriaé veio em 7/9/1923. Desde então, iniciava uma história que a levaria a ocupar, no futuro, um lugar de destaque entre as maiores cidades do Estado de Minas.

Muriaé se notabilizou no cenário econômico graças à monocultura cafeeira, que foi a primeira atividade responsável pelo crescimento do município, o que lhe reservou uma posição de supremacia no Estado e de grande destaque no Brasil, contribuindo decisivamente nas exportações nacionais. Depois teve ênfase na pecuária, transformando-se em uma das maiores bacias leiteiras do País.

Outro momento de grande progresso do município foi a abertura da estrada Rio-Bahia, inaugurada por Getúlio Vargas em 1939. O grande fluxo de veículos trazido pela nova rodovia inseriu Muriaé entre as cidades de maior desenvolvimento da região. A monocultura cafeeira passou, então, a ceder espaço para outras atividades econômicas, a dar novos rumos à vocação produtiva e comercial do nosso município. Com a abertura dessa nova artéria rodoviária, o comércio se diversificou e Muriaé, às margens da nova estrada, passava a ter livre comunicação com todo o País, experimentando a expansão econômica e social.

Eu não poderia deixar de mencionar que a cidade também sempre foi destaque em relação à política. Muriaé é terra de importantes cidadãos que já atuaram e muitos que ainda atuam de maneira participativa no cenário político municipal, estadual e nacional. O nosso ex-vice-presidente da República, por exemplo, o saudoso José Alencar Gomes da Silva, era muriaeense. Pio Soares Canedo, vice-governador de Minas e também já falecido, foi presidente desta Casa Legislativa. Repito: Pio Soares Canedo, grande líder da nossa região.

Muriaé é terra que nos enche de orgulho pelo seu bendito passado, vibrante presente e promissor futuro. Assim, ao comemorar os 160 anos de emancipação política do município, quero homenagear o seu povo íntegro, trabalhador e hospitaleiro, que nunca esmorece diante das dificuldades. População que luta, que carrega junto de si uma identidade peculiar e valoriza seus grandes recursos naturais, sua importância econômica, social e cultural, cuja esperança se encontra na certeza de um município que só tem a progredir, favorecendo sempre o pleno desenvolvimento de Minas Gerais.

O deputado Dilzon Melo (em aparte)* - Gostaria também de ser solidário ao meu companheiro Braulio Braz quanto a essas justas homenagens a Muriaé, cidade que vi crescer ao longo do tempo e que, de forma pioneira, tem sido polo na região. Além disso, contribuiu grandemente para o seu desenvolvimento o nosso grande amigo José Braz, seu progenitor, que por duas ou três vezes foi prefeito e transformou a cidade nesse respeito que V. Exa. menciona: uma cidade de gente de bem, ordeira e trabalhadora. Quero solidarizar-me com ela, esperando que continue com seu fluxo de desenvolvimento que ocorreu ao longo desse tempo, porque uma cidade que aporta tanta gente para ser recebida na área de saúde, educação e serviços não pode ficar de braços cruzados aguardando que as coisas aconteçam.

Solidarizo-me com o deputado Braulio, meu companheiro de partido, o PTB, que tem a honra de contribuir grandemente para o município. Sou testemunha de que, ao longo desses anos, as suas emendas foram destinadas à cidade de Muriaé, porque sabemos que o prefeito José Braz multiplica todo recurso que lá chega. Tempos atrás, conversando com ele, ficava imaginando um homem de 86 anos acordando às 6 horas para acompanhar as obras que estavam em desenvolvimento no município. É assim que a cidade caminha e precisa caminhar. Espero que V. Exa. tenha saúde e o tempo necessário para dedicar-se a Muriaé com toda dedicação de que ela precisa. Estaremos aqui de mãos dadas e contribuindo.

Ao povo de Muriaé, o nosso respeito, a nossa solidariedade e os nossos parabéns por estarem comemorando nesta significativa data tantos eventos e tanto desenvolvimento.

Parabéns ao meu nobre colega pelo seu pronunciamento e por reconhecer que lá foi o esteio da sua votação. Uma votação extraordinária, fruto do bom trabalho que você vem prestando ao longo do tempo àquela cidade. Meus parabéns, Braulio Braz.

O deputado Braulio Braz* - Obrigado, nobre colega Dilzon Melo, pelas palavras neste momento em que homenageia a minha cidade de Muriaé pela comemoração de seus 160 anos de emancipação política.



Parabéns a Muriaé e a todos que construíram e continuam a construir a cada dia a história, a identidade do nosso município, transformando-o em uma cidade única, inesquecível e encantadora. Encerro aqui meu discurso, afirmando que tenho muito orgulho de fazer parte dessa distinta população, que sempre nos prestigiou. Contem comigo para continuar na luta pelo progresso da nossa cidade e da nossa Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, poderíamos, aqui desta tribuna, tratar de inúmeros assuntos, mas estamos vigilantes quanto à conduta do governo Pimentel, do PT, que, já há quase cinco meses, não apresenta um programa de governo convincente para o povo do Estado de Minas Gerais. Até agora são somente promessas. Aliás, as promessas vêm do próprio governo federal, que está desenterrando projetos antigos referentes a bilhões de reais.

Há alguns anos o governo federal lançou um projeto de R\$78.000.000.000,00 destinado a infraestrutura urbana, estradas, ferrovias, etc., mas não cumpriu nada. Em termos de rodovias, não chegou a aplicar R\$2.000.000.000,00. Agora repete o mesmo plano, o mesmo programa, no valor de R\$150.000.000.000,00, tentando, é claro, iludir o povo brasileiro numa hora em que a crise está profunda em todas as áreas: na área da economia, na área da ética, na incompetência da gestão, e assim por diante.

Mas não podemos nos deixar levar por uma situação semelhante a essa. Em Minas Gerais é a mesma coisa. Lamentavelmente não se vê nenhuma obra em andamento. No governo Aécio Neves, Anastasia, Alberto Pinto Coelho, era mais do que normal ver essas obras em andamento, inclusive programas como o Caminho de Minas, que os municípios mineiros esperam com tanta ansiedade. Cerca de 230 municípios serão beneficiados, mas nada, absolutamente nada se movimenta a respeito.

Sabemos que Minas Gerais tem um convênio, um contrato com o Banco do Brasil para liberar o empréstimo, o qual, nós, deputados, no ano passado, votamos aqui para ser destinado a programas como o Caminho de Minas. Votamos um empréstimo junto a bancos nacionais e internacionais no valor aproximado de R\$10.000.000.000,00. No entanto, o Banco do Brasil, de onde deveriam ser liberados até agosto do ano passado cerca de R\$1.200.000.000,00, não os liberou, certamente por questões partidárias. O governador Alberto Pinto Coelho entrou na justiça e ganhou a liminar. E, agora, o governador Pimentel liberou, entendeu que Minas Gerais não precisa desse dinheiro e liberou na Justiça, ou seja, dispensou a ordem judicial. Em razão disso, programas como o Caminho de Minas e tantos outros não cumprem o seu objetivo, não têm andamento, e inúmeros municípios brasileiros que esperam por uma estrada asfaltada continuam sem nenhuma à vista.

Da mesma forma acontece na área da educação, pois o orçamento da educação caiu cerca de R\$400.000.000,00. Na área da saúde também nada se faz. Os hospitais regionais estão com as obras suspensas.

O Hospital Regional de Governador Valadares, construído com dinheiro do Estado, com recursos exclusivamente do Estado, com cerca de 80% das obras prontas, está com as obras suspensas. A desculpa, deputado Sargento Rodrigues, era que nós, deputados, não tínhamos votado o orçamento. Já votamos o orçamento há muito tempo, e onde estão as obras? Onde estão as obras dos hospitais, as obras suspensas, obras urgentes de hospitais regionais, como é o caso de Governador Valadares e de tantos outros em cidades-polo de Minas Gerais? Nada se fez, nem falam o dia que essas obras serão reiniciadas. Puseram culpa na Assembleia Legislativa.

Todos nós sabemos que o orçamento não foi votado ano passado porque o governador Pimentel, do PT, não o aceitou. Recomendou aos deputados da sua base que obstruíssem e não deixassem que votássemos o orçamento. O que fizemos? Votamos o orçamento este ano, com a proposta de alteração do governador Pimentel, inclusive a alteração dos R\$7.000.000.000,00, que acabamos aceitando só para não haver a desculpa de que a Assembleia é culpada de o governador não estar fazendo nada pelo Estado de Minas Gerais. Votamos. E agora? Mais de um mês depois, deputado Gustavo Corrêa, nada se realiza neste estado. Só promessas, a exemplo do que faz a sua companheira de partido, a presidenta Dilma Rousseff, do PT.

Com muito prazer, concedo aparte ao nosso líder, deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte) - Deputado Bonifácio Mourão, se V. Exa. me permite, o deputado João Leite se encontra inscrito antes deste parlamentar, então conceda o aparte ao deputado João Leite, e, posteriormente, se V. Exa. puder me conceder aparte, agradeceria.

O deputado Bonifácio Mourão - Eu é que terei o prazer. Desculpe, meu caro amigo, ilustre deputado João Leite, não vi que V. Exa. estava, como sempre, do lado do coração, à nossa esquerda. Com muito prazer, concedemos aparte ao ilustre e combativo deputado João Leite.

O deputado João Leite (em aparte)* - Obrigado, deputado Bonifácio Mourão, nossa grande liderança. Agradeço também ao nosso líder, deputado Gustavo Corrêa.

A minha presença aqui ostenta a Medalha da Inconfidência, recebida com muita honra. Esta medalha é a mais alta comenda concedida pelo governo de Minas Gerais. Foi criada em 1952, no governo de Juscelino Kubitschek, e é entregue sempre em 21 de abril, a personalidades que contribuíram para o prestígio e a projeção de Minas. Nestes mais de 50 anos, milhares de cidadãos e cidadãos com reconhecida contribuição a Minas Gerais nas áreas de segurança, esporte, política, saúde, educação, ciência, judiciária e diversas outras atividades meritórias foram condecoradas com essa comenda.

Na última edição da entrega da medalha, para estorrecimento da sociedade mineira, deputado Bonifácio Mourão, o Sr. João Pedro Stédile, que ganhou notoriedade por invadir propriedades rurais produtivas, desrespeitar a ordem pública e destruir as estufas de um exitoso experimento científico com mudas geneticamente modificadas, foi condecorado com a Medalha da Inconfidência, numa contradição com os valores e a cultura do povo mineiro. Qual é a contribuição desse cidadão para Minas Gerais? Podemos medi-la em número de propriedades invadidas? Nos prejuízos gerados para os produtores rurais? Ou, quem sabe, no atraso científico gerado pela destruição do experimento científico? Ou pela guerra convocada pelo Sr. João Pedro Stédile, dos bolivarianos contra os brasileiros? Ou por ele ser general do exército de Lula? Trata-se de um reacionário que combate o capitalismo, o mesmo sistema que alimenta os cofres do poder público, que dá sustentação à sua organização.

Não concordo com essa homenagem que o governo de Minas prestou em nome de seu povo. Também sou detentor dessa mesma honraria. Essa medalha, que me distinguiu por minha história e trabalho por Minas Gerais, assumiu um caráter partidário e



politicamente muito perigoso para a ordem social do Estado de Minas Gerais. Ao homenagear um criminoso com sua principal condecoração, o governo de Minas explicita os valores que lhe são caros, pelos quais vai pautar sua atuação e estimular a sociedade.

Inconformado com o triste fim que foi dado à Medalha da Inconfidência, quero, publicamente, formalizar meu posicionamento, com o encaminhamento da comenda recebida, que trouxe muita alegria e hoje é motivo de pesar, ao acervo do Museu da Inconfidência. Esse museu guarda os momentos de honra de Minas Gerais, mas vai guardar agora uma medalha de desonra, porque eu a devolvo, pois este governo de Minas não me representa, ao premiar o seu João Pedro Stédile. Ela ficará então no Museu da Inconfidência, no lugar reservado à desonra de Minas Gerais. Peço à Mesa da Assembleia que a encaminhe ao Museu da Inconfidência, porque, se não for possível, o meu gabinete mesmo o fará.

Muito obrigado, deputado Mourão. Passo às mãos do 1º-secretário da Assembleia Legislativa ou do 1º-vice-presidente a Medalha da Inconfidência, para que seja encaminhada com este texto ao Museu da Inconfidência. Muito obrigado.

O deputado Bonifácio Mourão - Obrigado, deputado João Leite. A atitude de V. Exa. vai ao encontro de seus princípios. Desde o início de sua grande jornada de trabalho aqui, na Assembleia Legislativa, V. Exa. tem sido inteiramente coerente com eles.

Com muito prazer, concedo aparte ao nosso líder, deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte) - Meu caro deputado Bonifácio Mourão, queria solidarizar-me com o deputado João Leite. Da mesma forma, deputado João Leite, tenho a certeza de que outros tantos parlamentares que aqui se encontram foram condecorados com essa medalha que busca, sobretudo, homenagear aqueles que já fizeram algo pelo nosso estado. Infelizmente, o atual governo, com sua incoerência, procura homenagear aquele que prega a desordem e, sobretudo, as confusões e invasões em terras produtivas. Lamento muito ver que determinados parlamentares ainda sobem à tribuna desta Casa, a Casa do povo, a Casa de Minas Gerais, a Casa de Tiradentes, para defender a honraria do atual governador de Minas, Fernando Pimentel, do PT, da Dilma e do Vaccari também, até porque o Sr. Vaccari é tesoureiro do PT. Vejo, mais uma vez, a incoerência deste governo, que assumiu, há mais de quatro meses, e de quem até hoje os mineiros que o elegeram esperam medidas e atitudes, um governo marcado pela inércia, que não aplica os recursos públicos em prol dos municípios e da população de Minas Gerais.

V. Exa. citou muito bem quantos hospitais regionais encontram-se parados. Perdoe-me pelo termo que vou dizer: é balela do atual governo afirmar que não temos recursos. Os recursos estão assegurados no caixa. O que falta a esse governo é planejamento, é saber aplicar os recursos para o cidadão, falta competência, como bem disse aqui o deputado Sargento Rodrigues, para trabalhar em prol dos mineiros. Esse governo quer iludir os mineiros, assim como os iludiu na campanha eleitoral. Cadê os melhores salários que prometeram aos servidores? Estamos vendo as greves na saúde. Os professores ainda não entraram em greve porque a liderança - quem sabe? - do sindicato tem certa conotação político-partidária. O que espero é que o atual governo, do Fernando, da Dilma, do PT, cumpra integralmente todos os compromissos que assumiu durante a campanha eleitoral.

Recordo-me aqui, mais uma vez - já encerro meu aparte, deputado Mourão -, que fui, se não o primeiro, um dos primeiros parlamentares a subir a esta tribuna para dizer que faria uma oposição responsável e, mais que isso, estaria vigilante em relação a todos os compromissos e promessas assumidas pelo governador do Estado durante a campanha eleitoral. Infelizmente o que vimos nestes cinco meses, volto a dizer, é uma inércia ou, mais que isso, uma ilusão aos mineiros, que infelizmente, mais uma vez, serão penalizados com a presidente da República, que afirma ser mineira quando interessa e não fez nada por Minas Gerais nos últimos quatro anos.

O deputado Bonifácio Mourão - Agradecemos ao deputado Gustavo Corrêa e queremos enfatizar mais uma vez, senhoras e senhores deputados, essa questão do orçamento. A base de governo pode dizer: "O Pimentel não fez nada ainda porque ele está começando e são só cinco meses de governo". Mas por que alegar para todo o Estado de Minas Gerais que não estava fazendo obras, aliás, suspendendo obras dos hospitais regionais? Volto a dizer que o hospital de Governador Valadares estava com 80% das obras prontas, mas interrompeu e suspendeu tudo sob alegação de que a Assembleia era culpada e que não tinha votado o orçamento.

Muito bem. Votamos o orçamento há mais de um mês, e todas as obras continuam suspensas do mesmo jeito, até sendo depredadas. Todos sabem que obra parada, principalmente de hospitais, é depredação na certa. Por isso estamos aqui enfatizando a questão orçamentária. Votamos e a entregamos pronta ao Sr. governador. Então, pelo menos dê continuação às obras iniciadas, mas nada.

Com muito prazer, concedo aparte ao deputado Alencar da Silveira Jr.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) - Quero alertar ao deputado que V. Exa. só tem 10 segundos para seu aparte.

O deputado Bonifácio Mourão - Concedo 5 segundos ao deputado Alencar da Silveira.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Cinco segundos não são suficientes.

O presidente - Vamos cumprir o Regimento Interno. Todas as vezes, na hora de terminar um pronunciamento, é esse problema.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Me dê mais 1 minuto?

O presidente - Não. V. Exa. tem 5 segundos para seu pronunciamento.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Então, está bem. O meu pronunciamento é só um: quero lembrar a V. Exa. e a este Plenário que todas as negociações iniciadas no governo passado com as empresas...

O presidente - Não é assim. Somos imparciais.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Então, está bem. Solicito verificação de quórum, Sr. Presidente.

O presidente - A palavra está com o deputado Bonifácio Mourão, que tem 1 minuto para encerrar seu pronunciamento.

O deputado Bonifácio Mourão - A Assembleia fez, no Plenário, 1 minuto de silêncio em respeito à memória de Ronaldo Perim. Fiz um pronunciamento enaltecendo as qualidades de Ronaldo, como deputado federal, como secretário de Estado e como prefeito de Governador Valadares, com grandes obras que imortalizaram seu nome. Gostaríamos de registrar nosso voto de pesar pelo falecimento do ilustre prefeito de Governador Valadares, ex-deputado federal e ex-vice-presidente da Câmara dos Deputados, Ronaldo Perim.

* - Sem revisão do orador.



O deputado Elismar Prado* - Boa tarde a todas e a todos. Venho novamente a esta tribuna para prestar contas sobre o trabalho da nossa comissão. Iniciamos o trabalho na presidência da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Já realizamos, inclusive, uma audiência pública muito importante, que foi solicitada por mim e, logo em seguida, por outros deputados. Ela tratava de um assunto extremamente sério, referente aos aumentos abusivos das contas de luz. Todos sabem desse processo, do nosso trabalho, da nossa coerência e do nosso comprometimento, de muitos anos, com essa bandeira.

Deputado Cristiano, quando deputado federal, em Brasília, fui membro da CPI que investigou as tarifas de energia elétrica em todo o País, que investigou a composição e a metodologia do cálculo tarifário. Nos trabalhos da CPI em Brasília, identificamos um erro na cobrança de mais de R\$7.000.000.000,00. Esse valor foi cobrado indevidamente dos consumidores de todo o Brasil. Foi um erro verificado no período de 2002 a 2009.

As concessionárias de energia de todo o Brasil calculavam, para apresentar suas justificativas, uma tarifa com um número muito maior de unidades consumidoras do que, de fato, existiam. Corrigimos esse erro. Isso foi uma grande vitória, uma conquista para os consumidores. De 2009 para cá, houve essa correção. Os consumidores estavam pagando por aquilo que não consumiam, indevidamente. Houve essa correção; no entanto, não houve, até hoje, a devolução de todos os valores cobrados além, mais de R\$7.000.000.000,00. Na verdade, o valor será muito maior, se forem feitas as devidas correções.

Encaminhamos para o Ministério Público Federal, para o Tribunal de Contas e para o Ministério de Minas e Energia, um relatório com mais de 400 páginas, e o erro ficou comprovado, constatado e foi reconhecido pelo Tribunal de Contas da União. Os presidentes de várias companhias de energia elétrica, em Brasília, naquela reunião, admitiram que, realmente, estavam cobrando a tarifa de energia de maneira errada, e, até hoje, estamos esperando a devolução dos valores cobrados indevidamente. Esses abusos vêm de longa data; inclusive, há muito tempo, questionamos o papel das agências reguladoras, que devem atuar como agências de Estado, devem defender o interesse público, defender o cidadão, acima de tudo, e defender a parte mais frágil, que é o consumidor.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* - Obrigado, deputado Elismar. Deputado, quero cumprimentar V. Exa. pela luta, pela nobre bandeira, que é a defesa dos direitos do consumidor. Sabemos que V. Exa., ao longo do período em que exerceu e exerce o mandato nesta casa, sempre pautou a defesa dos consumidores, de forma intransigente. É assim que deve ser, conforme o Código de Defesa do Consumidor do nosso país. Quero fazer esse registro a V. Exa. e dizer que essa é uma luta nobre, uma luta justa, que diz respeito a todos nós. Quem, em determinado momento, não teve seu direito como consumidor violado? Haja vista o que acontece com as telefônicas, as telecomunicações e a energia, como V. Exa. afirma. Eu o cumprimento pela luta, deputado Elismar Prado.

Gostaria de responder alguns questionamentos feitos aqui, em Plenário, em relação ao governo do nosso companheiro Fernando Pimentel. Não podemos nos esquecer de que a vitória do governador não ocorreu porque as coisas estavam bem em Minas Gerais, e sim porque o povo mineiro percebeu, sentiu e sofreu com os problemas. O balanço de 100 dias do governo mostra claramente a situação que encontramos. Temos mais de 4 mil viaturas da Polícia Civil paradas, que poderiam estar fazendo a segurança da população. Deputado Elismar, encontramos um colapso no sistema penitenciário, porque não tiveram a competência de construir os presídios que foram prometidos. E Minas é o Estado pentacampeão em desmatamento de mata atlântica.

A nossa economia começa a se recuperar agora no primeiro trimestre, pois os dados mostram que a nossa balança comercial começa a subir. Mas é uma economia extremamente fragilizada, sem capacidade de inovação, alicerçada apenas no setor primário e de *commodities*. É essa a economia de Minas Gerais. Deputado Elismar, pelo quinto ano consecutivo, o índice de crimes violentos aumentou em nosso estado. Até 2012, enquanto a média nacional era de 13%, aqui ela foi superior a 53%. Este estado da eficiência, da logística, fez com que presenciássemos a Funed incinerar mais de 40 toneladas de medicamentos, que poderiam ter chegado aos mais pobres.

Alguém pode dizer que essa conversa de que o governador pegou o Estado quebrado não existe, que ele encontrou dinheiro em caixa. Deputado Fábio Cherem, o maior acerto desta Casa foi não ter votado o orçamento no ano passado. Eu não estava aqui nessa legislatura. Sabemos que a diferença desse orçamento, que tratava de R\$72.000.000.000,00 de arrecadação e R\$72.000.000.000,00 de despesas, o déficit zero, não é real. A diferença que temos para este ano é de mais de R\$7.200.000.000,00. A oposição não pode questionar isso, porque votou por unanimidade o projeto do orçamento. Na minha opinião, essa é uma comprovação da dificuldade financeira que o governo terá para enfrentar os problemas herdados e iniciar os programas que precisam ser feitos.

Nem por isso o governo tem deixado de se movimentar. Ele tem efetuado o pagamento atrasado da rede de urgência e emergência, tem negociado com as categorias. Sabe por que, deputado Elismar? Os professores, os servidores da saúde e das demais categorias estão se mobilizando, fazendo movimentações, porque sabem que nesse governo há diálogo. Todos acompanhamos o que está acontecendo na educação, acompanhamos a evolução da negociação entre o Sind-UTE, a Secretaria de Planejamento e a de Educação, com a Macaé. Estamos vendo avanços e sabemos que brevemente teremos o anúncio de um acordo, que acredito, será firmado com sucesso, diferentemente do governo tucano no Paraná, que não só não negociou, mas massacrou os trabalhadores - 80% mulheres. Enquanto o governador do Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais, Fernando Pimentel, chama os movimentos para negociar e não coloca a polícia para vigiar, o governo tucano do Beto Richa, que já recebeu medalha por esta Casa, espancou os servidores.

Respeito todos os deputados. Comparando o Beto Richa com o João Pedro Stédile, especialmente pelos episódios, eu poderia dizer que abriria mão da minha medalha por essa medalha ter sido concedida a Ricardo Teixeira, a Beto Richa, a Demóstenes Torres, ligado ao Carlinhos Cachoeira. Mas não. Entendo a contemporaneidade dos fatos e tenho o maior orgulho de ter presenciado, compartilhado e recebido junto a João Pedro Stédile a medalha concedida pelo governador Fernando Pimentel.

Os gestos do governador são fortes para os movimentos sociais, como a criação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, que dialoga com os sindicatos, as federações, e da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, assim como o retorno da merenda escolar para os professores, bem como a inclusão de disciplinas na grade escolar para enfrentar a desigualdade racial.

Este é o governo que aponta para o povo mineiro. E este é o governo em que o povo mineiro poderá ter muita esperança. Estaremos aqui para fazer com que essas conquistas sejam garantidas. Obrigado, deputado Elismar.



O deputado Elismar Prado* - Obrigado, deputado Cristiano. É um novo tempo. Concordo com V. Exa. Temos de mostrar a realidade e ter transparência, mostrando a Minas real para o povo do Estado, qual a verdadeira situação da educação, da saúde e da segurança. O que adianta a Polícia ter essa frota de veículos, se quase a metade está quebrada, sem poder atender à população?

Então, são questões seriíssimas. Parabenizo V. Exa. e concluo o meu raciocínio falando da nossa audiência pública, que discutiu os aumentos abusivos da energia elétrica. Quero dizer que mantivemos a nossa postura, a nossa coerência, e destaco que o deputado Weliton Prado foi o único deputado de todo o Estado presente na Aneel para fazer a defesa dos consumidores; foi o único que se apresentou não só para fazer discurso: apresentamos requerimentos, procedimentos formais, estudos rigorosos, questionando ali as planilhas que foram apresentadas. Sabemos que as altas tarifas têm um impacto muito forte nos custos de produção, no aumento de preço de mercadoria e serviços, na vida do trabalhador em geral. Fizemos a nossa parte, inclusive, como resultado da audiência pública, encaminhamos vários requerimentos e esperamos que a Aneel principalmente, que é o órgão regulador, tenha autonomia, independência. Não podemos admitir tráfico de influência. Que ela possa decidir em favor dos consumidores, o que não vem acontecendo nem antes de outros governos. Como disse na comissão, as agências têm de atuar como agências de Estado, independentemente de políticas de governo, em favor dos nossos consumidores acima de tudo.

Já vou conceder apartes. Só queria dizer que o deputado Weliton Prado apresentou vários pedidos de fiscalização ao Tribunal de Contas, ao Ministério das Minas e Energia, à Aneel e ao Ministério Público. Estamos acompanhando essa questão e defendemos a posição de que o povo não pode pagar um preço tão caro, por causa da crise, por um serviço essencial tão importante como o fornecimento de energia elétrica. Não admitimos, inclusive, a anulação da MP nº 579, que teve a condição de reduzir a conta, porque reduziu e extinguiu encargos que hoje foram retirados. O Tesouro Nacional tem de bancar essa conta. Não é só uma mera questão de crise hídrica, é uma questão muito séria, cujos próximos passos vamos acompanhar.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Deputado, meu aparte vai ser de 1 minuto. Não vou entrar nessa polêmica, nessa celeuma de governos. O que o povo precisa é de governo eficiente, que apresente resultados.

Mas pedi aparte, deputado Elismar Prado, para elogiar, de público, o ex-deputado estadual Weliton Prado. É uma pessoa que tenho o prazer de ter como amiga, um parlamentar com quem convivi durante muito tempo. Se no Congresso Nacional está faltando coerência dos deputados federais e de senadores, sobra coerência no deputado Weliton Prado, não só nesse episódio que V. Exa. relata com relação à Cemig, porque foi corajoso e verdadeiro em se postar contra os abusos que a Cemig está fazendo com o povo de Minas Gerais. Foi o único deputado do PT que teve peito, coragem de aparecer. Recentemente, na votação da medida provisória que tirava direitos dos trabalhadores, mais uma vez o Weliton Prado foi o único deputado do PT que se colocou a favor dos trabalhadores brasileiros, não permitindo que mexessem em conquistas sagradas, como o seguro-desemprego e outras.

Leve, então, essa mensagem ao Weliton Prado, e, de público, faça o elogio a esse ex-parlamentar desta Casa, que teve a coragem de se colocar a favor do povo de Minas e do povo brasileiro.

O deputado Elismar Prado* - Agradeço ao deputado Carlos Pimenta pelo reconhecimento. É importante para nós, para o deputado Weliton Prado, que vem sofrendo algumas pressões nesse sentido, essa manifestação. Mas, como ele próprio alegou - e o nosso estatuto o garante também - agiu com a consciência dele, de acordo com os princípios, conforme a sua história de sempre defender os trabalhadores, sempre se posicionar em defesa do povo e, principalmente, em defesa dos direitos dos trabalhadores. Então, ele está tranquilo, porque assumiu uma postura coerente de acordo com a sua trajetória e seus princípios.

Agradeço, Sr. Presidente, e são essas as minhas considerações.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Fábio Cherem* - Presidente, demais colegas da Assembleia Legislativa, é importante ressaltar o bom ânimo com que o Estado de Minas Gerais recebe a administração de Fernando Pimentel. Como havia prometido na campanha eleitoral, Pimentel dialoga com os movimentos sociais e está atento às reivindicações da sociedade. Ele recebeu um estado quebrado, sem recursos, com um choque de gestão ineficiente, que deixou os cofres públicos esvaziados. Sabemos que os cofres públicos foram esvaziados, em virtude de auditoria feita pelo governador, para demonstrar onde estava o Estado e onde queremos chegar. Podemos apontar que um dos motivos, além da gestão complexa e eleitoreira do governo anterior, seriam os R\$75.000.000,00 empenhados e gastos em publicidade, deixando ainda R\$25.000.000,00 de restos a pagar. Poderíamos falar que a situação de Minas Gerais se baseia no fato de que houve antecipação dos dividendos das empresas estatais, que receberam antecipadamente R\$800.000.000,00, deixando o Estado comprometido com o passado e sem perspectiva de receita no futuro. Mesmo assim, o governador Fernando Pimentel tem sido coerente com suas origens, sempre participando, ouvindo e construindo um país através dos movimentos sociais.

Vejamos na questão da Medalha da Inconfidência, cujo símbolo maior é Tiradentes, que era soldado, pobre, simples, humilde, considerado subversivo. Na época, ele pleiteava que os recursos do País ficassem com os brasileiros. Acreditamos que os movimentos sociais são muito importantes para o País, pois impedem a radicalização extrema, que é a mão em armas lutando e destruindo o patrimônio de forma sistemática e não eventual, deixando o País sem condição e sem linha de comunicação com esses movimentos.

Foi com tranquilidade que percebemos, na entrega da Medalha da Inconfidência, o movimento de aproximação do governador Fernando Pimentel e dos demais membros do conselho da medalha com o movimento do Sr. João Pedro Stédile, trazendo-os para a boa política, para o bom reconhecimento, ao invés de perpetuar supostos erros e agravá-los, transformando-os em uma conduta radical. Pelo contrário, viram nesse senhor e no movimento dos sem-terras, que é legalizado, não é clandestino, que é um movimento aceito pela sociedade e pelas leis deste país, um gatilho para o assentamento de muitas famílias do Brasil. A falta de comunicação dos governos anteriores levou à radicalização, que foi benéfica, pois, a partir dela, o assentamento e a reforma agrária foram instituídos como política de Estado em nosso país. A situação fundiária era tão grave que havia uma fazenda chamada Manasa, no Estado do Amazonas, maior que dois ou três estados integralmente. Não se aprova a conduta do Sr. João Pedro Stédile como líder de movimento. Não significa que o governo concorde com suas atitudes e com tudo o que fez para defender suas ideias, mas acreditamos que a postura de evitar a radicalização junto aos movimentos sociais mostra que Minas Gerais está em um caminho de correção, evitando extremos, como aconteceu no Paraná.



Que tragédia, 200 professores feridos! Recordo-me de uma foto emblemática, deputado Sargento Rodrigues, em que um professor, caído no chão, estava cercado por 30 policiais armados com escudos e capacetes. Refleti: que mal aquele professor no chão poderia fazer àqueles policiais, em maior número e tão bem guardados? O que foram fazer os professores? Eles foram pressionar pacificamente, com suas forças, para preservar direitos previdenciários, já que o Estado do Paraná se encontra, apesar da autopropalada eficiência na gestão de recursos, sem condição de atender os professores.

Só 1 minuto, senão nosso tempo termina. Sem condição de atender os professores, o que seria compreensível, porque a situação das finanças num estado é transitória. Mas sem condição de garantir o diálogo? Sem condição de receber os representantes? Sem dar condições aos servidores de estarem junto ao governo para pleitearem a manutenção de seus direitos? A situação do Paraná nos choca, mas não nos choca a posição de Minas Gerais de trazer os movimentos sociais para perto do governo, para perto do diálogo, porque é assim que se constrói uma nação, por meio da busca do consenso, para efetivamente alcançar um resultado em benefício da população. Não de forma arbitrária, não de forma a obter espaços regidamente pagos na mídia mineira, mas por meio de fatos, de negociação, de uma construção sólida.

Dizemos aqui que a propaganda do choque de gestão foi tão bem feita e tão bem propalada, não só no Estado de Minas Gerais como fora dele, que o que aconteceu? Foi aqui em Minas Gerais que o projeto do PSDB foi desaprovado nas urnas, contrariando o discurso oficial. Foi aqui onde se aplicou, talvez de forma que os mineiros não percebessem, o tão propalado choque de gestão, foi aqui onde ocorreu o governo autoproclamado ideal. Esse governo foi rebatido por meio de discurso, por meio de difamação? Não, ele foi reprovado pelo povo mineiro. Essa propaganda era tão eficiente que, nos demais estados, se Minas não tivesse ficado atenta à realidade política do nosso estado, talvez hoje essa propaganda tivesse se perpetuado, porque é o que acontece com os que se utilizam do poder, da força da mídia, da informação para alterar os dados históricos.

É com esse discurso de valorização e de apoio aos movimentos sociais que nosso estado hoje tem voz, tem vez. Ao longo desses 12 anos, foram construídos 200 assentamentos irregulares. Quem os reconhecia como assentamento irregular? Ninguém do governo de Minas Gerais. Quem os reconhecia, quem conversava com esse grupo de pequenos produtores que gostariam de ver solucionadas as suas questões? Ninguém oficialmente discutia com os movimentos sociais a reforma agrária em Minas Gerais. Agora sim temos possibilidades de trabalhar junto aos movimentos sociais, porque é por meio de gestos, da fraternidade, da coexistência pacífica entre ideias diferentes que se constrói um governo de verdade, que, ao longo do tempo, mesmo tendo enfrentado uma situação árida com relação ao bem público, tem conseguido trabalhar continuamente em prol do diálogo.

A assertividade do governo vai ser constatada após os seus quatro anos de trabalho. No momento atual, é com muita tranquilidade que a gente reconhece a interlocução do governador Fernando Pimentel junto aos movimentos sociais, fazendo jus a suas raízes e sua trajetória de homem público sempre vinculado ao interesse do que a sociedade tinha a dizer e tem a aspirar, diferentemente de um movimento isolacionista onde os rumos são decididos de maneira unilateral.

É com esta mensagem que deixo aos meus colegas a sensação de que Minas Gerais está cada vez mais no caminho certo. Muito obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/5/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Emidinho Madeira

exonerando, a partir de 18/5/2015, Lígia Corte de Souza do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas;
exonerando, a partir de 18/5/2015, Pedro Firmo Júnior do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando Lígia Corte de Souza para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando Oderige Rodrigues Borba para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou o seguinte ato:

nomeando Maria Aparecida Amaral Lopes para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE CONTRATO Nº 16/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais. Objeto: prestação de serviços de informática. Vigência: 12 meses a partir de 8/4/2015. Licitação: dispensada, nos termos do art. 24, VIII e XVI, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 22/2015

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Banco Bonsucesso S.A. (neste ato substituído pelo Banco Bonsucesso Consignado S.A.) Objeto: concessão de empréstimos a servidores, pensionistas e deputados



estaduais mediante consignação em folha de pagamento. Objeto do aditamento: substituição do Banco Bonsucesso S.A. pelo Banco Bonsucesso Consignado S.A. na condição de conveniente. Vigência: a partir de 2/3/2015.



ERRATA

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/5/2015

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 15/5/2015, na pág. 58, sob o título “PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 22.620/2015”, no relatório, onde se lê:

“As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 600/2014, publicada no *Diário do Legislativo* de 6/2/2014”, leia-se:

“As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 13/2015, publicada no *Diário do Legislativo* de 2/4/2015”.